ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 51 – Série VII – N.º 437
20 de Maio de 1982

Preço: 20$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português — Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 — Composição e impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

GREVE GERAL

Mais de uma semana depois, a greve geral do dia 11 ainda continua na ordem do dia – pelo seu êxito, pelo seu significado, pelas suas repercussões. Nela falamos principalmente através da imagem, nas págs. centrais.

Reunião do Comité Central

A situação política após a greve geral de 11 de Maio e o acordo «AD»/PS para a revisão da Constituição

Anteontem, ao fim da tarde, realizou-se no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, uma conferência de Imprensa durante a qual o camarada Álvaro Cunhal informou os jornalistas sobre as conclusões fundamentais da reunião do Comité Central. O documento final, que publicamos na íntegra, sintetiza as conclusões a que chegou a importante reunião da direcção do Partido. Na conferência de Imprensa, que terminaria com as respostas de Álvaro Cunhal a perguntas dos jornalistas, estiveram também presentes os camaradas do Comité Central Raimundo Cabral, membro da Comissão Política, e Aurélio Santos

Resolução do CC do PCP (Pág. 4/5)

Suplemento /

Avante!
Ano 51 – Série VII
N.º 437
20 de Maio de 1982
Suplemento n.º 3
Não pode ser vendido separadamente

Reforma Agrária
A luta continua!

Os comunistas e os problemas do culto nas autarquias APU
(Págs. centrais)

Brigadas Vermelhas
De costas voltadas para o povo
(Págs. 12/13)

Las Vegas
O inferno do jogo para a Mafia
(Pág. 10)

Álvaro Cunhal no Algarve e em Baleizão

Nos últimos dias da semana passada, o camarada Álvaro Cunhal participou em diversas sessões realizadas no Algarve e, no domingo, em Baleizão (na foto), na tradicional homenagem a Catarina (ler notícias na pág. 6 e discurso em Baleizão no Suplemento).

Entretanto, no próximo sábado, o Secretário-Geral do PCP discursará no decorrer de um almoço-convívio que decorrerá na Mata de Monsanto junto ao Estádio de Pina Manique (ler notícia na pág. 6)

Só falta um mês e meio para a Festa do "Avante!"

SEMANA

12
Quarta-feira

O Papa em Lisboa

O Papa João Paulo II chega a Portugal em visita de Estado e pastoral que se prolonga até sábado; no primeiro dia da sua visita o Papa recebe dirigentes governamentais, políticos e militares, é recebido em audiência pelo Presidente da República general Ramalho Eanes e parte para Fátima. ■ O MARN divulga um comunicado denunciando os brutais aumentos das tabelas de rendas máximas e reclamando do Governo uma nova política que salve a agricultura e o País da miséria. ■ Termina a greve na Petroquímica mas continua o impasse que opõe os trabalhadores ao conselho de gerência. ■ A União de Sindicatos do Porto analisa em comunicado os resultados da greve geral de dia 11 e conclui que a adesão recolhida torna evidente a urgência da demissão do Governo AD. ■ Ângelo Correia manda ocupar de novo a Fábrica de Loiça de Sacavém pelas forças da GNR. ■ A Organização Internacional dos Jornalistas exige ao Conselho de Gerência da RTP a readmissão dos dois jornalistas recentemente despedidos. ■ É anunciado em Inglaterra que o Papa não visitará aquele país enquanto não cessarem as hostilidades entre a Grã-Bretanha e a Argentina no conflito das Malvinas. ■ O governo holandês anuncia a sua demissão.

13
Quinta-feira

Um fanático espanhol de extrema-direita tenta agredir o Papa em Fátima mas é dominado e o incidente não tem consequências; de regresso a Lisboa, João Paulo II recebe no Palácio de Queluz os representantes do corpo diplomático acreditado em Lisboa. ■ Dois cosmonautas soviéticos são lançados para o espaço a bordo da Soyuz T-5 tendo como missão a acoplagem com o laboratório espacial Salyut-7 em órbita; o voo é considerado como missão preparatória para uma futura visita de uma equipa franco-soviética ao laboratório espacial.

14
Sexta-feira

O Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Melo Egídio, chega a Pequim para uma visita oficial de dez dias à República Popular da China. ■ O Papa João Paulo II visita Vila Viçosa de manhã, presidindo à tarde, em Lisboa, a uma celebração realizada no Parque Eduardo VII especialmente dedicada aos jovens. ■ É anunciada a identificação do fura-greves da UGT que atropelou o piquete em Cabo Ruivo provocando um ferido grave no dia da greve geral, bem como a respectiva participação ao Tribunal. ■ O chefe de Estado-Maior de Israel confirma importantes concentrações de tropas na fronteira libanesa e ameaça o desencadear de uma acção militar sionista. ■ As forças policiais e militares espanholas entram em estado de alerta no País Basco, na sequência de uma ameaça da ETA-Militar de lançar um ataque contra as famílias dos membros da polícia e do exército se estes não retirassem do País Basco até domingo.

15
Sábado

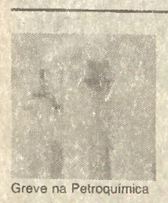
Magistrados em Congresso

João Paulo II termina a visita a Portugal com deslocações a Braga, Coimbra e Porto. ■ Magistrados do Ministério Público promovem no Instituto Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa, o seu I Congresso Nacional para debate das perspectivas de futuro na sociedade democrática. ■ Alexander Haig afirma em Atenas o apoio "total e indiscutível" dos Estados Unidos às autoridades militares turcas; a chegada de Haig à Grécia foi precedida por uma manifestação de repúdio pela sua presença em que participaram milhares de gregos. ■ Samora Machel, presidente moçambicano, inicia uma visita à Nicarágua, donde deverá partir depois para Granada e Cuba. ■ O Ministério britânico da Defesa anuncia em Londres o recomeço dos bombardeamentos nas ilhas Malvinas. ■ A rainha Beatriz da Holanda escolhe Piet Steenkamp, antigo presidente dos democratas-cristãos, para tentar formar um novo governo.

16
Domingo

Álvaro Cunhal participa em Baleizão num comício evocativo da memória de Catarina Eufémia, onde apela à "unidade de todos os trabalhadores, à unidade de todos os democratas" na luta contra o Governo AD. ■ O Marechal Costa Gomes é homenageado com um almoço em Pedras Salgadas, numa iniciativa que juntou mais de 350 democratas de várias forças políticas. ■ Portugal reconquista o título de campeão mundial de hóquei em patins, ao vencer a Espanha por 5-3. ■ Dezenas de milhares de pessoas manifestam-se na Suécia, Áustria, Berlim e República Federal da Alemanha pelo desarmamento no mundo e pela paz; em Tóquio, 17 partidos de vários continentes e diferentes tendências políticas defendem a assinatura de acordos entre a URSS e os EUA com vista ao desarmamento. ■ Realizam-se eleições gerais na República Dominicana.

17
Segunda-feira


Greve na Petroquímica

Cerca de 70 por cento da frota nacional de arrasto fica em terra devido ao 'lock-out' imposto pelos armadores como represália à greve de dia 11 cumprida pelos trabalhadores. ■ Os trabalhadores da Petroquímica decidem iniciar nova greve de cinco dias na luta pelo seu contrato, o que deixa Lisboa sem gás até ao próximo domingo, se entretanto não se chegar a acordo. ■ O centenário do nascimento de Dimitrov é assinalado em Lisboa com uma recepção nas instalações da embaixada da Bulgária. ■ A revista "Der Spiegel" revela que o gabinete de planeamento de Helmut Schmidt recomendou que a RFA prossiga com a cooperação económica e política com a URSS e os países socialistas "mesmo que isso cause ressentimentos em Washington". ■ Um porta-voz da OLP exorta os países árabes a "boicotarem política, diplomática e economicamente o Zaire" pela sua decisão de restabelecer relações diplomáticas com os sionistas de Israel. ■ A CEE decide adiar a renovação das sanções económicas contra a Argentina, malgrado as pressões nesse sentido de Alexander Haig.

18
Terça-feira

O Comité Central do PCP reúne em sessão plenária ■ A comissão de Trabalhadores do Fundo de Fomento de Habitação denuncia as consequências da extinção do FFH e anuncia uma greve de dois dias de protesto contra essa medida ■ É tornada pública a prisão do delegado do PSD em Paris e membro do respectivo Conselho Nacional, sob suspeita de fabrico, posse e tráfico de dólares falsos ■ Um relatório das Nações Unidas divulgado em Bruxelas avalia em cerca de sete biliões de dólares os prejuízos materiais causados por ataques sul-africanos à República Popular de Angola entre 1975 e 1980 ■ Leonid Brejnev propõe o congelamento dos arsenais nucleares estratégicos da URSS e dos EUA, assim que os dois países iniciem conversações sobre o assunto.

Editorial

MOMENTO DE MUDANÇA SE APROXIMA

O Povo português viveu, nesta primeira quinzena do mês de Maio, um poderoso ascenso do movimento operário e popular de massas.

É o desenvolvimento lógico, em formas diversificadas mas convergentes para um objectivo central, de um duro combate qualitativamente novo em defesa da democracia, entre nós ameaçada pela política de um Governo e de uma coligação governante cuja dinâmica arrasta de maneira inevitável para o desastre económico.

A noite sangrenta de 30 de Abril no Porto; as gigantescas manifestações populares do 1.º de Maio em 56 grandes centros populacionais do Continente e das Regiões Autónomas; os funerais de duas jovens vítimas da fúria assassina da Polícia de Intervenção a mando do Governo "AD"/Balsemão/Freitas; depois, numa forma superior, a Greve Geral do dia 11 são grandiosas jornadas populares que pontuam este período particularmente instável da nossa vida nacional na sequência das poderosas lutas dos últimos meses.

A visita do Papa João Paulo II a Portugal, com objectivos significativamente demarcados pelo Cardeal Patriarca de Lisboa como de ordem religiosa e pastoral, trouxe apenas, como não podia deixar de ser, uma breve trégua num momento nacional politicamente tenso.

"Momento de mudança" que se aproxima – assim o caracterizou o Comité Central do PCP na sua Reunião Plenária de anteontem. Portugal está diante de dois caminhos inconciliáveis entre si, por um dos quais terá de optar.

E de duas opções verdadeiramente se trata.

Uma, a do prosseguimento da "marcha para o abismo", por passividade dos órgãos de soberania a quem cabe, no quadro actual das instituições, accionar os mecanismos constitucionais adequados para libertar o País da política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo "AD"/Balsemão/Freitas do Amaral e por cegueira política e incorrigível transacção antidemocrática de certos dirigentes ditos democratas bandeados com a direita.

É a mudança para pior, para trás, para o 24 de Abril.

A outra é uma opção de luta – de luta institucional e de luta popular no quadro da legalidade democrática pela consolidação e prosseguimento das liberdades alcançadas – a qual implica o afastamento urgente da "AD" do Poder e uma solução democrática e patriótica para os gravíssimos problemas que Portugal defronta.

É a mudança necessária para a consolidação e prosseguimento do regime democrático e das conquistas do 25 de Abril.

Da discussão do Comité Central do PCP e do documento saído da Reunião dois ou três apontamentos interessa realçar.

O CC do PCP, no quadro do poderoso movimento operário e popular e de uma vasta problemática política que se coloca na hora actual às forças democráticas e ao Povo português, debruçou-se com particular atenção sobre a Greve Geral de 11 de Maio.

A Greve Geral do dia 11, como resoluta resposta da classe operária à política de repressão de tipo fascista do Governo "AD"/Balsemão/Freitas, constituiu uma nova e concludente afirmação da força, da maturidade política e da vontade de mudança democrática que animam o movimento operário e popular português.

Preparada e desencadeada em escassos cinco dias confirmou a extraordinária capacidade de organização, a autoridade e o prestígio a nível nacional da única e verdadeira central sindical do País – a CGTP-IN.

O Governo fascizante Balsemão e Freitas e toda a máquina de propaganda da "AD" procuraram deformar, apoucar e silenciar a vastidão da Greve Geral de 11.

Mas ao contrário dos intentos do Governo tais objectivos não foram atingidos, a Greve constituiu uma grande jornada de luta vitoriosa dos trabalhadores contra a política fascizante da "AD".

Em termos numéricos a Greve Geral do dia 11 de Maio quase atingiu a amplitude da histórica Greve Geral de 12 de Fevereiro. É contudo no plano político que ressalta todo o significado da Greve do dia 11 e que ela constitui um novo marco na história do movimento operário português.

O Governo "AD"/Balsemão/Freitas com a colaboração servil dos traidores e divisionistas da UGT, gizaram todo um sinistro plano para aterrorizar os trabalhadores, para os desmobilizar na comemoração do seu dia de classe, para descarregar sobre eles uma repressão de tipo fascista que só encontra paralelo no regime derrubado em 25 de Abril de 1974.

É na firmeza da resposta dada pelos trabalhadores do Porto que a força, a organização e o prestígio de classe da CGTP-IN mais uma vez se afirma de maneira saliente.

Uma outra expressão do movimento operário português é o elevado grau de unidade por ele atingido no momento actual como expressão mais geral da unidade de todos os trabalhadores, independentemente de filiações partidárias e de tendências políticas.

A repressão patronal que refinou de métodos, em conjunto e como prolongamento da criminosa repressão e das provocações do Governo fascizante da "AD" contra os trabalhadores, podem ter limitado as adesões à Greve Geral numa escala mais vasta.

Mas mesmo lá onde factores objectivos e limitações de consciência determinaram menor participação – compensada por outros onde foi mais participada – a Greve Geral do dia 11 encontrou a comunhão, a simpatia e a solidariedade dos mais vastos sectores da população laboriosa, que repeliu com indignação a acção provocadora e divisionista dos dirigentes traidores da UGT a quem cabem graves responsabilidades no sangue operário que tingiu as ruas do Porto.

O indigno aval de Mário Soares dado à UGT e ao miserável sabujo do patronato e da "AD", Torres Couto, não teve força para impedir a unidade e solidariedade com a Greve Geral do dia 11 de milhares de trabalhadores socialistas que nela participaram e a apoiaram.

Na vasta gama de acções que tiveram por extraordinário coroamento as gigantescas manifestações do 1.º de Maio e a Greve Geral do dia 11 ficou patente a elevada consciência política dos trabalhadores portugueses e como no momento actual um objectivo comum de natureza política é capaz de operar a sua vasta mobilização e unidade.

Este objectivo comum que vai ao encontro das aspirações mais gerais de outras classes e camadas da população portuguesa golpeadas pela política económica de ruína dos actuais governantes é a demissão do Governo "AD"/Balsemão/Freitas, o afastamento da "AD" do Poder.

Todas estas expressões mais uma vez reveladas com força nas poderosas lutas nesta primeira quinzena de Maio – em que a Greve Geral (como é dito no Documento do Comité Central do PCP) "aparece no movimento operário português como uma nova e poderosa arma de luta", não deixarão de marcar os desenvolvimentos do movimento popular de massas, de acentuar o seu papel determinante na luta por uma solução democrática dos gravíssimos problemas nacionais decorrentes da política antipopular, antidemocrática e antipatriótica do Governo "AD"/Balsemão/Freitas do Amaral.

A vasta movimentação dos trabalhadores, que encontra a consonância de uma luta popular generalizada de vastas classes e camadas médias da população que hoje abertamente se opõem à política do Governo "AD"/Balsemão/Freitas do Amaral – os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, a juventude, as mulheres, os trabalhadores intelectuais, os reformados e os deficientes – constitui no momento actual o suporte social e político de uma necessária e urgente mudança na situação política nacional.

O CC do PCP chama a atenção das forças democráticas, dos órgãos de soberania não controlados pela "AD" aos quais a Constituição atribui poderes de intervenção política decisivos no momento actual, de todos os portugueses democratas e patriotas, para o carácter favorável da correlação de forças no sentido de uma urgente mudança democrática.

Para correr com a "AD" do Poder sobram fundamentos políticos e condições de força favoráveis a uma saída institucional para a grave situação criada pela política fascizante do Governo "AD". Em particular uma grande massa de portugueses se interrogam sobre as razões da não intervenção constitucional do Presidente da República para uma necessária mudança na situação actual.

O CC chama seriamente a atenção para o perigo da sobrestimação das forças dos inimigos da democracia instalados no Poder e da substimação das forças capazes de operarem com êxito as mudanças necessárias nas condições presentes.

Saber tomar a iniciativa política quando as condições são largamente favoráveis é garantir no momento actual a vitória sobre as forças do passado que intentam de novo restabelecer o poder económico e político do grande capital apoiado pelo imperialismo no Portugal de Abril.

A batalha da Constituição contra intentos revisionistas que representam um perigo mortal para o regime democrático não deve ser travada confiando apenas em hipóteses improváveis do jogo parlamentar. Ganha-se, principal e seguramente demitindo o Governo, dissolvendo a Assembleia da República, constituindo um governo de gestão idóneo, convocando novas eleições nos prazos constitucionais. Antes que seja tarde.

No momento actual nenhuma força verdadeiramente democrática, nenhum democrata e patriota civil ou fardado pode ignorar o perigo que representa para o regime democrático do vergonhoso acordo concluído entre Mário Soares em nome do PS e a "AD" no domínio da revisão constitucional e não só.

Que os socialistas ciosos do regime democrático abram os olhos, que não se deixem emalhar nas redes de um indigno compromisso com a "AD" realizado nas suas costas e nas costas do Povo português por dirigentes que hoje sobrepõem ambições pessoais aos interesses do Povo e do País.

Tais compromissos constituem um atentado à democracia, num frete prestado à reacção que afectaria o regime democrático, as conquistas fundamentais do 25 de Abril e o próprio PS.

Os perigos existem. Mas também existem extraordinárias possibilidades de operar uma mudança favorável ao regime democrático na conjuntura actual.

PCP

18.º Congresso do PC da Irlanda

Mensagem do PCP

«O Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o 18.º Congresso Nacional do Partido Comunista da Irlanda e, por seu intermédio, todos os comunistas e o povo trabalhador da Irlanda», afirma-se na mensagem enviada ao Congresso do PC da Irlanda, realizado de 14 a 16 do corrente mês, de que transcrevemos largos extractos.

Os comunistas portugueses manifestam a sua solidariedade à luta dos comunistas irlandeses em defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores, contra as desastrosas consequências da adesão à CEE, que acelerando a penetração das multinacionais na economia irlandesa, têm agudizado a crise de desemprego e o aumento da inflação.

O PCP condena a dominação imperialista britânica na Irlanda do Norte e todo o rol de crimes e violações contra os direitos humanos que têm sido cometidos por aquela potência colonialista e exprime o seu apoio e solidariedade aos comunistas irlandeses nos seus esforços para unir as forças democráticas e patrióticas na luta pela unificação da Irlanda numa base de respeito pela democracia, pela neutralidade e pela independência nacional.

Num momento em que se verifica o agravamento da situação internacional decorrente da política agressiva e belicista do imperialismo norte-americano e dos círculos mais reaccionários da OTAN que fazem pesar sérios perigos para a paz, a liberdade e a independência dos povos, assiste-se, por parte do governo britânico, a tentativas para negociar a unificação da Irlanda contra a sua entrada para o bloco agressivo da OTAN. O nosso partido manifesta a sua solidariedade com a luta do Partido Comùnista da Irlanda considerando tais tentativas como uma chantagem e contrárias ao estabelecimento da paz, da independência e da soberania do território irlandês. Cabem ainda pesadas e sérias responsabilidades à política colonialista britânica expressa na agressão militar às Malvinas, com o apoio do imperialismo norte-americano, que o PCP firmemente condena.

O reforço da OTAN, os projectos de instalação de novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa, a ameaça da «guerra nuclear limitada», fazem parte da política de acelerada corrida aos armamentos prosseguida pela administração Reagan com o apoio dos seus mais reaccionários aliados, designadamente a Grã-Bretanha, visando romper o actual equilíbrio e alcançar a supremacia militar sobre a URSS; fazer face ao aprofundamento da crise em que se debate o sistema capitalista; conter a luta libertadora dos trabalhadores e o desenvolvimento político, económico e social dos povos da Ásia, África e América Latina; travar e, se possível, inverter o curso do processo revolucionário mundial.

Prosseguindo estes objectivos, o imperialismo lança sistemáticas campanhas anticomunistas e anti-soviéticas, caluniando a realidade e a política de paz da URSS e dos países socialistas assim como a luta da classe operária mundial; ingere-se nos assuntos internos de países soberanos; ameaça e fomenta a agressão contra as forças patrióticas e revolucionárias em vários países, contra os povos que lutam pela sua libertação.

Condenando uma tal política, o PCP é activamente solidário com os trabalhadores e os povos de todos os continentes que lutam pela liberdade, pela independência nacional, a paz e o socialismo.

Para defender a paz, e fazer avançar o processo de libertação e emancipação política e social dos povos, o PCP considera de importância decisiva o reforço da unidade e coesão do movimento comunista internacional assim como o fortelecimento da amizade e cooperação das grandes forças revolucionárias da época actual: os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, os países progressistas e o movimento de libertação nacional.

(...)

Queridos Camaradas,

Expressamo-vos os melhores votos pelo êxito dos trabalhos do 18.º Congresso Nacional do vosso partido e por que as decisões contribuam para o reforço da vossa actividade em defesa dos interesses dos trabalhadores, da paz, da independência e da unificação.

Manifestamo-vos também o desejo dos comunistas portugueses de continuarem a agir, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, para o reforço dos laços de amizade e cooperação de há muito existentes entre os nossos dois partidos, no interesse do movimento comunista internacional e de todas as forças amantes da paz.

CC do PCP saúda XV Congresso do AKEL

Por ocasião do XV Congresso do Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre (AKEL), realizado de 13 a 16 de Maio, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Congresso do AKEL, aos comunistas e ao povo de Chipre, as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses, através de uma mensagem que parcialmente transcrevemos:

O AKEL partido revolucionário da vanguarda da classe operária e dos trabalhadores cipriotas, desempenha um papel decisivo na luta em defesa dos interesses vitais das massas populares e em prol da unidade de todas as forças patrióticas e democráticas pela salvaguarda da independência, soberania e integridade territorial de Chipre. Desejamos os melhores sucessos aos trabalhos do vosso Congresso,o qual se reveste de uma grande importância, não apenas para os comunistas mas para todo o povo cipriota.

O XV Congresso do AKEL realiza-se numa situação internacional marcadas pelas vitórias históricas alcançadas pelos trabalhadores e os povos de todos os continentes na luta pela sua libertação social e nacional, mas também num momento em que se avolumam os perigos de guerra, como consequência da política militarista agressiva da administração Reagan e dos círculos mais reaccionários da NATO.

Procurando a todo o custo deter o avanço do processo revolucionário e impor a sua hegemonia nos assuntos mundiais, o imperialismo norte-americano desencadeou uma formidável corrida aos armamentos, multiplica as provocações e ingerências nos assuntos internos de países soberanos, tenta alcançar a supremacia militar sobre a URSS e o campo socialista. As tentativas para impor a instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa e sabotar o desanuviamento, assim como a teoria acerca de uma «guerra nuclear limitada», constituem uma expressão concreta particularmente perigosa desta política irrealista e aventureira que o PCP firmemente condena e contra a qual se desenvolve no nosso continente um vasto movimento popular de massas. O PCP condena igualmente a política agressiva do imperialismo no Médio Oriente, de apoio aberto à criminosa política de Israel e de reforço das suas bases militares, e expressa a sua activa solidariedade para com o povo palestiniano e demais povos árabes na sua luta contra o imperialismo e o sionismo, pela independência nacional e o progresso social. O PCP condena ainda o colonialismo britânico e o imperialismo norte-americano e o seu acto de força e arrogância imperial nas ilhas Malvinas.

O povo cipriota conhece bem a natureza agressiva do imperialismo. Vítima durante longo tempo da opressão estrangeira, luta hoje com determinação contra a ocupação pelas tropas turcas de 40% do seu território e pela liquidação das bases britânicas nele existentes, por um Chipre independente,soberano, democrático, federado e não alinhado que seja um factor de paz no Mediterrâneo e na zona do Médio Oriente. O Partido Comunista Português expressa a sua solidariedade à luta do povo cipriota e, em primeiro lugar à luta do AKEL que, apesar das duras e difíceis condições resultantes da situação no seu país, regista importantes vitórias, como ficou plenamente demonstrado nas eleições de Maio de 1981.

(...)

Queridos Camaradas

No momento em que graves ameaças pesam sobre a paz no mundo, assumem uma decisiva importância o fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional e o reforço da amizade e da solidariedade recíproca das grandes forças revolucionárias da nossa época: a URSS e os países socialistas, os países progressistas, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional.

Reafirmando os melhores votos de sucessos ao vosso XV Congresso, expressamos a nossa vontade de continuar a agir no sentido de reforçar os laços de amizade e solidariedade que unem os nossos dois partidos, com base no marxismo- -leninismo e no internacionalismo proletário, e no interesse da luta contra o socialismo, o progresso social, o socialismo e a paz.

Eleições em Alcaide

Nas recentes eleições intercalares para a Junta de Freguesia de Alcaide, Concelho do Fundão, concorreram três listas – uma do PPD/PSD, outra da APU e uma terceira de «independentes» encabeçada pelo ex-presidente da Junta (que em 1979 tinha sido eleito pela «AD»).

Ganhou a lista do PPD/PSD. A APU não beneficiaria do facto de haver duas listas de direita em concorrência pois, apesar de tudo,os desiludidos da «AD» (que são muitos) e alguns votantes do PS, percorridos ainda pela descofiança em relação à Aliança Povo Unido, acabariam por se deslocar para a lista de «independentes» na ilusão de que votando num «dissidente» da coligação reaccionária podiam alterar a gravosa (e bem conhecida de Alcaide) política da «AD».

E daqui a seis meses, nas eleições gerais para as autarquias, a população de Alcaide terá oportunidade de corrigir o seu voto.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrulha – 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul
Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. ***Porto*** – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Abril: 54812

Assembleia da República

Governo deve subsidiar a 80% prejuízos causados pela "geada negra"

A sessão plenária de terça-feira passada na Assembleia da República funcionou com agenda reduzida: tratava-se apenas de aprovar as contas da AR de 80 e 81, o que foi conseguido por unanimidade e sem discussão, e de apreciar e votar dois projectos da ASDI, um sobre a utilização de aditivos alimentares, outro sobre a validade dos géneros alimentícios pré-embalados, projectos que mereciam à partida a concordância da oposição, na generalidade, faltando apenas saber se desta feita a «AD» acedia a deixar passar diplomas que não são da sua autoria nem a mando do Governo.

Toda a gente se recordava, justamente, de, à cerca de um ano, um diploma da mesma ASDI sobre tema semelhante não ter merecido a concordância da «AD» porque o Governo «ia tratar do assundo»... O deputado comunista Joaquim Miranda não deixou de recordar essa atitude, ao intervir sobre os diplomas em causa.

Era natural que as atenções se virassem para o período de antes da Ordem do Dia, numa sessão realizada no rescaldo de dois acontecimentos marcantes no sociedade portuguesa: a greve geral do dia 11 e a visita do Papa que se lhe seguiu. Todavia, apenas uma intervenção se referiu a ambos estes factos, intervenção cuja linguagem radicalista não acrescentou peso algum às opiniões expendidas.

Mário Tomé, pela UDP falou da greve e da visita do Papa. E foi tudo.

O olho vigilante do manageiro...

Algumas intervenções atraíram entretanto a atenção dos jornalistas. Não se tratava de «declarações políticas» formais, mas sim de abordagens de alguns problemas concretos e circunscritos.

A primeira que se registou deixaria algumas apreensões. Julgámos estar à volta de uma lareira a ouvir um conto pretensioso. O deputado do PSD Duarte Chagas, começou:

«No período mais quente do ano – de Maio a Agosto – a tranquilidade e o sossego de parte do mundo rural português, são quebrados pelo barulho uníssono e orquestrado dos 'machados' de gume curvo e com a extermidade do cabo talhado em forma de cunha, num ritual, verdadeiramente, cadenciado, nas mãos de laboriosos trabalhadores, cuja 'mestria' adquirida ao longo dos anos, tornam aparentemente, fácil um acto muitas vezes difícil de executar, em termos de eficácia e segurança pessoal».

Garantimos que foi o que disse o deputado social-democrata. Sem tirar nem pôr uma vírgula. Ficámos a saber a seguir que ele se referia ao «descortiçamento» e descreveu abundantemente os sobreiros a «gemer» e «os tiradores vigiados pelo manageiro», ao trabalho.

As imagens idílicas de uma sociedade vigiada por manageiros, que tiram a cortiça para entregar aos senhores... Ainda assim o deputado não deixou de ser incómodo para o ministro CDS do MACP a quem colocou algumas perguntas incómodas sobre a importação de cortiça que é reexportada em conjunto com a de produção nacional, «prejudicando a elevada cotação do nosso produto no mercado externo».

A geada negra

A agricultura foi tema, aliás, bastante glosado na AR. Desde a intervenção de Chaves Medeiros, do PS, que falou da falta de medidas concretas tomadas pelo Governo para minorar os efeitos da geada negra que ocorreu nos primeiros dias do mês em várias regiões do País, às palavras do deputado comunista Rogério de Brito, sobre o mesmo tema, dando um quadro geral e ciscunstanciado da tragédia nos campos do País, exigindo ao executivo medidas urgentes e eficazes.

Por certo que os Governos da «AD» – afirmou – **não são responsáveis pelos infortúnios de origem climatérica; mas são-no por certo, por uma política que é em si razão primeira da progressiva e acelerada debilitação da nossa agricultura.**

Falando da dimensão dos prejuízos e da necessidade de medidas adequadas, disse Rogério de Brito:

O Governo deve subsidiar a 80 por cento os prejuízos. Este custo será bem menor do que aquele que poderá decorrer da ruína dos agricultores.

Projecto comunista garante direitos aos agentes de forças policiais

● Outras iniciativas do PCP

O PCP entregou na mesa da Assembleia da República um projecto de lei "sobre a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos que prestam serviços nas forças policiais". O diploma, entregue no passado dia 10, visa garantir aos elementos das forças policiais o direito a formação geral e profissional, o direito a condições profissionais, psicológicas e materiais adequadas, o direito a remuneração compatível, o direito de defesa com assistência de advogado em processo disciplinar e em processo criminal e, ainda, o direito de recurso judicial das decisões tomadas em processo disciplinar.

Visando ainda garantir aos elementos das forças policiais o direito de organização e de negociação das condições de trabalho, este importante projecto do PCP, a ser aprovado, vem preencher uma lacuna na legislação relativa aos trabalhadores da função pública, pois que os elementos das forças policiais não têm sido abrangidos por regulamentação que lhes permita garantir o exercício de direitos fundamentais que a Constituição consagra.

Requerida ratificação do decreto que extingue a SNAPA

O grupo parlamentar do PCP requereu à Assembleia da República, com carácter de urgência, a ratificação do decreto governamental que extinguiu a Sociedade Nacional dos Armadores de Pesca de Arrasto, SNAPA, publicado no "Diário da República" no passado dia 7 do corrente.

A publicação do decreto, apanhou de surpresa os trabalhadores pois que, dias antes, o secretário de Estado das Pescas afirmara à Comissão Coordenadora das Organizações Representativas das Empresas Nacionalizadas que não conhecia o teor do decreto-lei, embora soubesse da existência do mesmo...

Inquérito sobre milhões oferecidos a um banqueiro

Deputados do PCP, do PS, do MDP e da UEDS apresentaram recentemente na AR um pedido de inquérito que incide sobre o modo como o Governo autorizou o dessarolamento dos bens do banqueiro Pinto de Magalhães, bens que garantiram a dívida do mesmo ao Estado, avaliada em mais de 2 milhões de contos.

"A providência de apreensão e arrolamento de todos os bens do sr. Afonso Pinto de Magalhães fora decretada na sequência da descoberta (após nacionalização do Banco Pinto de Magalhães) de fraudes, irregularidades e ilegalidades praticadas naquela instituição bancária, sob a responsabilidade e direcção de Afonso Pinto de Magalhães, que lhe permitiram desviar do circuito normal do banco a quantia de (pelo menos) 2 322 184 000$00 para operações em proveito próprio, e fundamentalmente, em nome pessoal", afirma-se no extenso documento apresentado na Assembleia da República pela maioria dos partidos da oposição e que historia todo o processo até à decisão em 12 de Março passado, do ministro Menéres Pimentel que, por despacho, autorizou o dessarolamento dos bens.

Deputados do PCP visitam Mação

No passado dia 7 do corrente, os deputados do PCP, camaradas Álvaro Brasileiro e Vidigal Amaro, visitaram o concelho de Mação. Nas escolas primárias, preparatórias e secundárias onde estiveram, os camaradas inteiraram-se dos problemas existentes, nomeadamente a degradação das instalações, a falta de professores e o custo dos transportes dos alunos.

Na fábrica Mirrado, contactaram com a administração e os trabalhadores. A direcção da empresa manifestou aos deputados comunistas as preocupações relativas à integração de Portugal na CEE e às suas consequências para o futuro da indústria têxtil. Finalmente, em contacto com a presidência da autarquia, os deputados inteiraram-se de variados problemas locais, mostrando-se o presidente apreensivo com a eucaliptalização da zona.

Para a 'AD' os vizelenses nunca existiram

Se houvesse necessidade de mais uma prova, a "AD" tinha-a fornecido nas últimas semanas: não é o respeito pelas populações, não é a representação das aspirações destas que movem os deputados da coligação. Mesmo que de eleitores seus se trate, a "AD no poder trata ós portugueses como números, como receptores de propaganda, como peões de jogos partidários. Isto a propósito — ainda — de Vizela.

Aqui relatámos como a população de Vizela se mobilizou para vir a Lisboa assistir à consagração legal de uma aspiração velha daquela freguesia, a de voltar a ser concelho. Promessa do PPM, decerto. Teve o pequeno partido monárquico o cuidado de assegurar-se da solidariedade dos seus parceiros da coligação? Não parece. E assim, os deputados que se acostumaram a engolir elefantes tiveram de se engasgar com mais um animal. PSD e CDS, através de malabarismos regimentais, recusaram-se a votar o diploma, recusaram-se a discuti-lo sequer. Engolir um elefante, para o PPM, é o menos. Defraudar as esperanças de milhares de vizelenses é pior. E os populares que se tinham concentrado em S. Bento demonstraram bem como passaram a considerar a "AD" em que votaram maioritariamente.

Mas o caso não ficou por aqui. Depois de terem recuado na posição que anunciaram — de recusar qualquer marcação que adiasse a discussão do projecto — o PPM aceitou o adiamento. Para o dia 11, dia de greve geral. Mas, mesmo nesse dia, os monárquicos acabaram por aceitar a «sugestão» do chefe. O PSD resolveu propor que o projecto não fosse votado, que ficasse na gaveta da Comissão de Administração Interna e Poder Local, à espera de «legislação geral em que se possa enquadrar a criação de autarquias municipais».

Novamente, milhares de vizelenses que voltaram a descer à cidade, eram defraudados nas suas aspirações. Os protestos estalaram, houve anúncios de greve da fome, os deputados da maioria foram apelidados de vários nomes.

Mas estas manobras não ficaram por aqui. Vários órgãos de informação noticiaram as manifestações em Guimarães — manifestações de "desagravo", decerto, e decerto organizadas pelos outros partidos da "AD" — a recusarem aos vizelenses a autonomia municipal. Que estas manifestações não foram espontâneas logo se percebe. E também não se seguiram aos primeiros sinais de que um projecto de elevação de Vizela a concelho estava na calha. Elas constituiram afinal uma "resposta" do PSD e do CDS à pretensão das populações de Vizela, através da manipulação dos habitantes de Guimarães. A reposta, e desta vez espontânea mesmo, dos vizelenses, não se fez esperar. Tumultosa. Intempestiva. Com alguma violência, demostrativa de certo desespero.

Geradora de conflitos entre populações, ressuscitando rivalidades velhas, animosidades bairristas, por detrás das quais se esconde, a "AD" não hesita em provocar e em organizar violências. Não se lembrou, porém, de proceder a uma consulta prévia aos interessados, de discutir previamente com as populações os seus projectos. No dia seguinte ao das eleições, para a "AD", os portugueses deixam de existir.

Nacional

Revisão constitucional em fase decisiva

Carlos Brito: "nova e grave capitulação do PS"

«A revisão da Constituição vai entrar numa fase decisiva com a próxima abertura dos debates e votações no plenário da Assembleia da República».

«Longe de terem diminuído aumentaram nos últimos dias as razões que têm levado o PCP a considerar que a revisão que está em curso comporta grandes perigos para a democracia portuguesa».

«A cimeira de Mário Soares e Almeida Santos com os principais chefes da AD representa uma nova e grave capitulação da direcção do PS em relação a algumas das principais exigências da aliança reaccionária em relação ao poder político».

«Nas costas do povo e da própria Assembleia, os dirigentes do PS e os chefes da AD entenderam-se sobre, nem mais nem menos, a redução dos poderes do Presidente da República, a limitação das suas competências sobre o Governo e sobre a entrega à supremacia da AD do Tribunal Constitucional que deverá substituir o Conselho da Revolução no julgamento da inconstitucionalidade das leis».

«Mais grave ainda, é que, os nefastos resultados da «cimeira» PS-AD de 29 de Abril se vêm juntar às cedências já anteriormente feitas pelo PS à AD em relação à escolha das chefias militares e à direcção das Forças Armadas».

«Com efeito, por anteriores acordos do PS com a AD, o fundamental da escolha de todos os Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas foi entregue ao Governo, como entregue ao Governo foi também o fundamental da administração e direcção das Forças Armadas».

«É, sem qualquer rebuço a governamentalização das Forças Armadas que a AD tem tido como ponto central dos seus planos desde que o seu candidato às presidenciais, o general fascista Soares Carneiro, foi clamorosamente derrotado, em 7 de Dezembro de 1980. Mas mais grave do que isso, atendendo à natureza reaccionária e à prática totalitária da AD, a governamentalização das Forças Armadas com a AD no Governo significa a partidarização das Forças Armadas com a AD no Governo significa a partidarização das Forças Armadas, isto é, o caminho aberto para a reacção tentar restaurar uma hierarquia fascista e instrumentalizar as Forças Armadas ao serviço dos seus planos de ataque às conquistas da Revolução, aos direitos dos trabalhadores, à democracia portuguesa».

«Se em matéria militar a atitude da direcção do PS constitui uma rendição completa ante as ambições da AD, não tem um carácter diferente a posição que assumiu na «cimeira» com todos os chefes da AD relativamente às questões, igualmente capitais, dos poderes do Presidente da República em relação ao Governo e da composição do Tribunal Constitucional».

«No primeiro caso, os poderes do Presidente da República em relação ao Governo, a direcção do PS não honrou os compromissos e promessas que tem feito perante a opinião pública, depois do encontro de Mário Soares com o Presidente da República de 26 de Março, segundo os quais não permitiria a alteração do princípio da dupla responsabilidade contido no art.º 193.º da Constituição que estabelece que «o Governo é politicamente responsável perante o Presidente da República e a Assembleia da República».

«A verdade é que apesar dos artifícios de linguagem com que a questão é iludida o acordo do PS com a AD não mantém a dupla responsabilidade com ela existe actualmente na Constituição».

«Retirando a palavra «politicamente» no art. 193.º e na parte do 194.º que se refere ao Presidente da República, e introduzindo-a na parte deste artigo que se refere à Assembleia da República, o que o acordo do PS com a AD nesta matéria significa, como aliás foi esclarecido pelos representantes da AD na Comissão para a revisão da Assembleia da República, é que a responsabilidade política do Governo só existe em relação à Assembleia e que a responsabilidade perante o Presidente da República é meramente institucional».

«É, aliás, em coerência com isso, que o Presidente da República, nos termos do acordo, só poderia demitir o Governo quando tal se tornasse necessário para assegurar o regular funcionamento das instituições e mesmo assim só depois de publicado o parecer do «Conselho de Estado» que, segundo acordos anteriores do PS com a AD, terá uma composição desfavorável ao Presidente da República».

«O resultado do acordo do PS com a AD em relação ao Tribunal Constitucional, que substituirá o Conselho da Revolução na missão altamente importante de julgar sobre a inconstitucionalidade das leis, é também gravemente comprometedor para os interesses do regime democrático».

«Aceitando que a grande maioria dos membros do tribunal — dez — sejam directamente escolhidos pela Assembleia e que os outros três sejam escolhidos pelos dez primeiros, os dirigentes do PS colocariam, se este acordo vingasse, o Tribunal Constitucional na dependência completa da Assembleia da República e sob a influência dominante da maioria nela existente — a AD».

«De caminho, ao contrário do que seria o procedimento correcto e contrariando abertamente as suas propostas anteriores os dirigentes do PS aceitaram afastar o Presidente da República da indicação de quaisquer representantes para o Tribunal Constitucional, quando a verdade é que essa seria uma legítima fonte democrática para negar à AD a maioria num órgão tão importante para os destinos da democracia e do país».

«Há quem pretenda atenuar os gravíssimos perigos que decorreriam para o regime democrático de uma revisão da Constituição feita na base do último e dos anteriores acordos do PS com a AD. Argumentam os que assim entendem que sempre fica o socialismo na Constituição, que as nacionalizações e a Reforma Agrária não levaram ataques de maior».

«Importa precisar antes de mais que se funcionasse o acordo PS com a AD a palavra socialismo ficaria uma única vez (assim como que a recordação de uma antigo edifício) e que foi o próprio Freitas do Amaral que ao receber do PS a grande pratada das chefias militares, do corte dos poderes do Presidente da República e a quase certa maioria do Tribunal Constitucional, sugeriu que a parte referente ao socialismo no art. 2.º não fosse mexida para o CDS não ter que votar. Precise-se também que as nacionalizações, ao contrário do que se diz, são atingidas e que em relação à Reforma Agrária as negociações do PS com a reacção ainda não terminaram». «Refira-se entre muitos outros perigos contra os direitos dos trabalhadores que os acordos do PS com a AD também prevêem uma afrontosa intromissão no movimento sindical, ao tentarem estabelecer constitucionalmente a obrigação de todos os sindicatos terem direito de tendência».

«Mas não é isto ainda o mais importante».

«O mais importante é dizer que se é verdade que a AD não conseguiu arrancar ao PS a revisão que teria feito por via referendária e à força se tivesse ganho com Soares Carneiro as presidenciais de 1980, a verdade é que **a AD está a arrancar ao PS uma revisão que serve muito bem os seus objectivos de se reforçar no poder para numa segunda volta levar até ao fim o seu plano de destruição do regime democrático».**

«A AD está a arrancar ao PS uma profunda alteração do sistema do poder político, de funcionamento dos órgãos de soberania e do seu peso relativo, por forma a dar mais força àqueles em que a AD domina — o Governo e a Assembleia da República — e a enfraquecer o que não é dominado pela AD — o Presidente da República».

«Entretanto e por agora nada está concluído ainda. Só no plenário da Assembleia da República e por maioria de dois terços é que serão feitas as alterações à Constituição. Até lá tudo pode ser ainda modificado».

«Os vergônhosos acordos da direcção do PS com a AD na revisão da Constituição, estão a enfrentar a par da grande oposição do movimento popular de massas, uma condenação muito viva de largos meios dentro do próprio Partido Socialista, de diversas personalidades democráticas e sectores militares muito variados».

«Há condições para continuar a luta para impedir a concretização desses vergonhosos acordos. Há que continuá-la até ao último momento!».

«O caminho mais certo e mais seguro de garantir um tão grande objectivo democrático e de dar solução à grave crise política, económica e social que o país atravessa é a demissão do Governo AD/Balsemão, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão isento e democrático e a realização de novas eleições nos prazos constitucionais».

«Não temos dúvidas que em eleições democráticas o povo levará à Assembleia da República uma maioria capaz de fazer uma revisão da Constituição que consolide e reforce a democracia em Portugal».

Extracto da intervenção de Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP e Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, na Festa da Primavera, no Seixal).

Visita do Papa ao nosso País

De 12 a 15 deste mês esteve no nosso país o Papa João Paulo II para uma visita oficial e pastoral de quatro dias, que o levaria a Fátima, Vila Viçosa, Lisboa, Coimbra, Sameiro e Porto. Muitos milhares de católicos portugueses tiveram assim oportunidade de contactar directamente com o representante máximo da sua Igreja, saudando-o ao longo dos trajectos definidos para esta visita e assistindo aos diversos ofícios religiosos programados.

João Paulo II faria diversas alocuções durante as cerimónias a que presidiu. Em Fátima rezaria a 13 de Maio pela paz e pela justiça, pela libertação dos homens da fome e da guerra, nomeadamente «da guerra nuclear, de uma autodestruição incalculável» e ainda pelo fim «de todo o género de injustiça na vida social, nacional e internacional».

Em Vila Viçosa, no dia 14, dedicaria as suas palavras ao mundo rural, abordando os seus problemas na perspectiva da Igreja em geral e à luz da Encíclica «Laborem Exercens», citando também a Encíclica «Mater et Magistra» do Papa João XXIII. Mais tarde, ainda na sexta-feira, dirigir-se-ia especialmente aos jovens durante uma celebração campal realizada no Parque Eduardo VII, em Lisboa.

No sábado, último dia da sua visita ao nosso país, o Papa João Paulo II deslocar-se-ia sucessivamente a Coimbra, Sameiro e Porto. Na cidade do Mondego, onde foi feito doutor «honoris causa» pelas sete Faculdades, falaria da Cultura. No Sameiro, em Braga, a homilia do Papa seria dedicada à temática da família à luz do evangelho.

No Porto, segundo as suas próprias palavras, foi «para honrar e celebrar o trabalho», afirmando nomeadamente que «não é justo que uma classe, devido a maiores possibilidades de pressão, oferecidas quer pela posição que ocupa no contexto social, quer pela força combativa de que conseguiu munir-se, prevaleça sobre os demais, menosprezando os legítimos interesses de outrem».

Durante a sua estadia o Papa avistar-se-ia em Belém com o Presidente da República, general Ramalho Eanes, receberia na Nunciatura os dirigentes políticos de partidos com representação parlamentar e receberia em Queluz o corpo diplomático.

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, deslocar-se-ia à Nunciatura para apresentar cumprimentos a João Paulo II, expressar-lhe as boas vindas dos comunistas e fazer votos para que leve uma boa recordação dos portugueses. Esta visita definiu a lógica atitude de um Partido como o PCP, onde militam muitos e muitos católicos do nosso país.

Trabalhadores

Os baixos salários "AD"

Um passo do tecto à greve

Desde as graves dificuldades criadas à extracção e comercialização da cortiça no sector cooperativo até à insistência irresponsável do Governo "AD" na tentativa de impor o tecto salarial, os trabalhadores organizados a nível nacional, nos sindicatos representativos e nos organismos de empresa, tiveram que continuar a responder nas últimas semanas às necessidades da luta sectorial e localizada nas empresas contra a política de confronto que a "AD" instaurou desde início para ver se consegue marginalizar o movimento sindical e substituir as negociações, o diálogo pela imposição de medidas administrativas, como está a fazer na Função Pública com os protestos e a luta dos trabalhadores do sector.

Nos últimos dias o corte do gás de cidade veio chamar a atenção para a luta dos trabalhadores da Petroquímica. Como nos transportes e em outros sectores com incidência directa na vida quotidiana das populações a greve do gás assenta em reivindicações salariais muito precisas. Mas a inteira responsabilidade do Governo pelos resultados da greve, que anteontem parecia depender do acerto de uma pequena diferença entre propostas, continuava a fazer-se sentir sem explicações à população. Aparentemente a equipa Freitas/Balsemão e o que resta da "AD" não têm que dar contas a ninguém por uma greve que afecta diariamente milhares e milhares de pessoas.

O Governo limita-se a estimular o confronto e a agudizar os conflitos sempre que intervém nas negociações de novas tabelas salariais.

Como a clientela eleitoral "AD" não é particularmente afectada por esta ou outras greves, e quer ver aplicado à viva força o tecto salarial, o Governo deixa progredir as greves para delas tirar dividendos políticos através da manipulação da opinião pública, tentando virá-la contra o regime democrático, contra a Constituição e as leis, contra os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

O processo é conhecido. Trata-se de fazer o mal e a caramunha. De uma cajadada ataca-se o prestígio dos sindicatos, grita-se contra os prejuízos causados pelas paralisações, mas esconde-se cautelosamente que esses prejuízos (e às vezes — quase sempre, aliás — excedem o montante dos aumentos) não existiriam se o Governo, através dos canais de que dispõe, negociasse constitucionalmente as novas remunerações e não quisesse voltar contra os trabalhadores, não apenas outros trabalhadores atingidos pelas greves, mas também todo o peso económico da desgovernação que vem fazendo desde que é Governo.'

De resto a Petroquímica é apenas um caso entre dezenas de outros com menos reflexos no quotidiano e na opinião. Os trabalhadores vêem-se constantemente forçados a recorrer a formas de luta. Até para conseguirem uma contraproposta às suas reivindicações, mesmo para exercerem o direito de negociar, têm de em muitos casos apresentar pré-avisos de greve ou decidir-se por outras formas de levar patrões e gestores a sentar-se à mesa para negociar.

O tecto salarial tem caído sempre que há tentativas para o impor. O exemplo governamental na Função Pública nem aí pegou. Mesmo aí os Sindicatos não abandonam a luta.

O ataque directo ao poder de compra e ao nível de vida das classes trabalhadoras é uma preocupação diária do Governo. Os contratos a prazo são a praga que se sabe e cada vez oferecem menos duração de emprego.

É neste panorama que sobressai a incapacidade do Governo para impor a sua «ordem» e os seus «tectos». Os tiros e as bastonadas não resolvem nada. Foi isso o que os trabalhadores provaram logo no 1.º de Maio e nas jornadas a seguir.

Os 17 por cento do Governo não podem ser aceites. Nem os 17 nem os 20. O Governo tem de negociar caso a caso com os Sindicatos e os outros organismos representativos dos trabalhadores em empresas e sectores.

Sabe-se que o Governo não quer ser o primeiro a dar «maus exemplos» ao seu patronato e aos seus gestores. Mas é sabido também que a organização dos trabalhadores não se fez para os deixar sem defesa quando a vaga de atentados aos seus direitos e interesses vai até ao projecto de lhes retirar o direito à negociação das tabelas salariais.

Corticeiros do Sul

Num encontro recente os corticeiros do distrito de Setúbal, organizados no Sindicato do Sul e em comissões de trabalhadores de várias empresas, designadamente a Mundet e a Wicander, aprovaram no Seixal conclusões de interesse imediato para a extracção e comercialização da cortiça.

Depois de várias intervenções que deram um panorama muito completo das graves dificuldades criadas por este Governo às cooperativas do sector, e à Reforma Agrária na generalidade, as cerca de duas centenas de trabalhadores presentes fizeram um balanço do desemprego (mais de 500 trabalhadores despedidos na zona) e de outros problemas ligados à actividade laboral.

Salientaram, nomeadamente, nas conclusões que **o aumento constante e desordenado do custo de vida justifica inteiramente o aumento de salários apresentado na proposta do Sindicato aos trabalhadores corticeiros do Sul** e que **os contratos a prazo e os despedimentos sem justa causa** devem acabar.

Outras reivindicações constam ainda do documento com que se encerraram os debates. Entre elas "uma política de crédito e ajuda à indústria corticeira que incentive o investimento tão necessário ao reapetrechamento das empresas e à aplicação da nova tecnologia".

Na qualidade de ex-operário corticeiro, esteve presente e fez uma intervenção, o camarada José Vitoriano, do CC do PCP e vice-presidente da Assembleia da República.

Terra

6.ª Conferência da Reforma Agrária

A preparação da 6.ª Conferência da Reforma Agrária, a decorrer nos dias 29 e 30 do corrente nos Pavilhões do Rossio de S. Brás, em Évora, continua a merecer a atenção e o empenho de muitos milhares de trabalhadores e técnicos agrícolas dos campos do Alentejo e Ribatejo.

Este esforço final no âmbito dos trabalhos preparatórios visa permitir que os objectivos desta importante iniciativa possam ser concretizados com êxito e que a Conferência, a exemplo de anos anteriores, constitua uma importante jornada em defesa da mais importante conquista nascida com a Revolução de Abril.

Nesse sentido, prossegue um amplo e intenso debate iniciado há já alguns meses nos colectivos de trabalhadores das unidades de produção, estando igualmente a ser recolhidos e tratados os inquéritos distribuídos às UCPs/Cooperativas.

No decorrer dos trabalhos será apresentado aos 2800 delegados presentes um balanço da situação actual da Reforma Agrária, seus êxitos e dificuldades, a que se seguirá um período de discussão em torno de seis temas: "Reforma Agrária – conquista de Abril"; "Destruição das UCPs/Cooperativas é inconstitucional, arruína a agricultura, provoca o desemprego e a miséria"; "Organização, gestão e vida interna das UCPs/Cooperativas"; "Reforma Agrária – alternativa para se produzir mais e melhor"; "Agricultores – Que futuro?"; "Trabalhadores da agricultura organizados e unidos na mesma luta".

À Conferência assistirão também cerca de mil convidados nacionais e estrangeiros, aguardando-se a presença de representantes de todos os órgãos de soberania, com excepção do Governo AD a quem não foi enviado nenhum convite, de representantes dos Grupos Parlamentares do PCP, PS, MDP/CDE, UEDS e ASDI, das autarquias da zona da Reforma Agrária, da CGTP e de outras estruturas do movimento operário e popular.

Resolução do CC do PCP

A situação política após g
e o acordo «AD»/PS para

O Comité Central do Partido Comunista Português realizou uma reunião plenária no dia 18 de Maio de 1982.

O Comité Central examinou a situação política e as perspectivas do seu desenvolvimento.

Entre os problemas tratados contam-se a política e a actuação do governo «AD» e o acordo «AD»/PS para a revisão da Constituição, assim como o fluxo do movimento operário e popular e em particular a greve geral de 11 de Maio.

O Comité Central sublinhou a urgência, a necessidade e as possibilidades da demissão do governo «AD» e da realização de eleições para a Assembleia da República e indicou as linhas gerais da continuação da luta com estes objectivos.

1
Portugal ante dois caminhos

Na vida política portuguesa aproxima-se um momento de mudança. Positiva ou negativa. Portugal poderá seguir um de dois caminhos:

a) **um é o caminho que pode conduzir à liquidação do regime democrático** – o caminho do prosseguimento do governo «AD», da maioria «AD» na Assembleia da República, da política antipopular, antidemocrática e antinacional da «AD», da revisão inconstitucional da Constituição que alteraria a favor da reacção os órgãos do poder político;

b) **o outro é o caminho da consolidação e prosseguimento do regime democrático** – o caminho da consolidação das liberdades e outras conquistas de Abril e da defesa da Constituição, – o que exige o urgente afastamento da «AD» do Poder e uma solução democrática para os gravíssimos problemas que Portugal defronta.

É um erro pensar que não há uma linear separação entre estes dois caminhos.

O Comité Central salienta, na base da análise aprofundada da situação actual, que **não há conciliação possível entre, por um lado, a defesa, consolidação e prosseguimento do regime democrático, e, por outro lado, o prosseguimento do governo e da política da «AD» e a revisão da Constituição segundo o acordo estabelecido entre o PS e a «AD».**

2
Uma política a que é urgente pôr termo

A reclamação por milhões de portugueses e portuguesas da demissão imediata do governo «AD» tem razões profundas, inteiramente válidas e irrecusáveis.

A demissão do governo «AD» já há muito se justifica e se impõe:

a) porque é uma evidência que não conta com o apoio do País que legitime a continuação da «AD» no governo e a continuação de uma maioria «AD» na Assembleia da República;

b) porque a sua política viola grosseira, intencional e sistematicamente a Constituição e a legalidade democrática, prossegue os fins ilegítimos da restauração do poder dos monopólios e latifundiários, coloca-se abertamente fora da lei;

c) porque toda a sua política atinge gravemente interesses fundamentais e vitais do povo e do País, conduz Portugal ao desastre económico e financeiro, atinge e destrói o bem-estar e as liberdades dos portugueses e compromete gravemente a segurança do País e a independência nacional.

O Comité Central insiste em que é urgente pôr termo a uma política que tem como traços gerais e fundamentais:

a) **a exploração desenfreada dos trabalhadores e o agravamento das condições de vida da grande massa do povo**, particularmente das camadas mais desfavorecidas (tectos salariais, repressão generalizada nas empresas, despedimentos, constante galopar dos preços, liquidação de benefícios sociais, desemprego, insuportável preço da habitação e da saúde, degradação do ensino, dificuldades crescentes para as mulheres e os jovens, miséria para os reformados e deficientes, dificuldades crescentes dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, dos intelectuais e dos quadros técnicos);

b) **as actuações sistemáticas de destruição das nacionalizações e da reforma agrária**, com a adopção de novas e criminosas formas de ofensiva (entrega de empresas nacionalizadas e de participações do Estado, leilões de terras, estrangulamento financeiro das UCP's/Cooperativas, roubo da cortiça, etc.);

c) **a degradação económica e financeira conduzindo o País ao desastre** (estagnação ou recessão da produção industrial e agrícola, défices colossais e crescentes das balanças comercial e de pagamentos, endividamento externo com juros leoninos que amarram Portugal a pagamentos monstruosos e comprometem o desenvolvimento da economia e o futuro do País);

d) **o uso indevido dos dinheiros públicos, dos bens nacionalizados, das terras e bens das UCP's/Cooperativas** em benefício dos grandes capitalistas e agrários, para refazer fortunas e restaurar privilégios, num estendal de depredações e casos de corrupção;

e) **a monopolização, instrumentalização, partidarização e governamentalização dos meios de comunicação social**, designadamente da TV, da Rádio e da imprensa estatizada;

f) **os atentados constantes às liberdades e direitos dos cidadãos**, com acções repressivas, violências e crimes de carácter fascista;

g) **a submissão ao imperialismo estrangeiro**, com o apoio à política agressiva do governo dos Estados Unidos e com a multiplicação das provocações contra países socialistas e contra países africanos com os quais Portugal tem todo o interesse em desenvolver relações de amizade e cooperação;

h) **as provocações constantes que desrespeitam princípios constitucionais elementares**, contra outros órgãos de soberania, designadamente o Presidente da República e o Conselho da Revolução;

i) **a preparação planificada, a partir do Poder, da destruição do regime democrático**, plano em que a revisão da Constituição representa papel essencial.

Não há dia nenhum em que o governo da «AD» não tome decisões ou não tenha actuações cada uma das quais só por si justificaria plenamente que fosse demitido.

O Comité Central considera sem qualquer sentido as ideias de alguns democratas segundo as quais o governo «AD» precisa de se «desgastar» mais ainda, que precisa de fazer ainda pior para que o povo português compreenda finalmente a necessidade de o demitir. Estas ideias nada têm a ver com a situação real.

Em termos políticos, o governo «AD» está completamente «desgastado». **O povo português já compreendeu – e mostra-o na sua luta poderosa – que é urgente pôr termo à política e à actuação da «AD», que o governo «AD» deve ser urgentemente demitido.**

3
Defender a Constituição para defender a democracia

O Comité Central confirma que a revisão da Constituição acordada entre a «AD» e o PS/Mário Soares, se fosse aprovada na Assembleia da República e promulgada, constituiria sério perigo para o regime democrático.

São aspectos fundamentais e particularmente perigosos desse acordo:

a) a liquidação do Conselho da Revolução sem que esteja assegurado que as suas competências actuais passem para órgãos de soberania fiéis à democracia;

b) A transferência da designação das chefias militares do Presidente da República para o governo e a atribuição ao governo e à Assembleia da República de numerosas competências militares que cabem actualmente ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução;

c) a diminuição de outros poderes do Presidente da República com a adulteração efectiva do princípio da dupla responsabilidade do governo (perante o Presidente da República e perante a Assembleia da República) e o forte condicionamento do poder de demitir o governo e dissolver a Assembleia;

d) a formação de um Tribunal Constitucional (a designar pela Assembleia da República) que não dá quaisquer garantias de impedir a entrada em vigor de leis inconstitucionais.

Estas e outras alterações à Constituição, a serem aprovadas na Assembleia da República por dois terços de votos dos deputados («AD» e PS) **representariam uma modificação profunda no sistema do poder político e no equilíbrio e interdependência dos órgãos de soberania, que, na conjuntura actual, reforçaria a posição da «AD» no Poder e enfraqueceria as linhas de defesa da democracia.**

O Comité Central salienta em particular **os perigos reais que representa atribuir ao governo «AD» competências militares que lhe podem permitir restaurar uma hierarquia militar fascista**, modificar a situação nas Forças Armadas e fazer destas (como abertamente declarou o Primeiro-Ministro) **um instrumento do Governo para levar por diante a sua ofensiva contra o regime democrático.**

O domínio das Forças Armadas pela «AD» permitiria a esta obter grande parte do que não conseguiu em 7 de Dezembro de 1980 com a derrota do seu candidato Soares Carneiro.

O Comité Central lembra que o PCP, considerando as ameaças que pesam sobre a democracia e a instabilidade do regime democrático (de que a violação sistemática da legalidade pelo governo e o próprio acordo «AD»/PS para a revisão da Constituição são testemunho) não se oporia à continuação do Conselho da Revolução e à continuação da atribuição das competências militares fundamentalmente aos militares até à consolidação real do regime democrático.

O Comité Central lembra ao mesmo tempo que o PCP não é contra a revisão da Constituição (o PCP apresentou uma proposta de revisão) mas **contra a revisão da Constituição tal como pretende o acordo «AD»/PS, porque põe em perigo o regime democrático.**

4
Correlação de forças favorável à democracia

Ao mesmo tempo que salienta a gravíssima situação que resulta da política e da actuação do governo «AD» e os perigos da revisão inconstitucional da Constituição, se fosse aprovada e promulgada nos termos do acordo «AD»/PS, **o Comité Central continua a salientar que, em termos de correlação real de forças, a Democracia continua a ser mais forte que a reacção, que a Democracia tem força bastante para derrotar a reacção, afastar rapidamente a «AD» do Poder e assegurar uma saída democrática para a situação actual.**

A força da «AD» resulta de estar no governo e ter ainda maioria de deputados na Assembleia da República. A sua força real não corresponde porém à sua posição nos órgãos de soberania. É cada vez mais vasta a oposição ao governo por grande parte daqueles que votaram na «AD» em 1980. São cada vez mais agudos os conflitos internos na «AD».

Na situação actual, a «AD» não teria quaisquer possibilidades reais de se opor com êxito à demissão do governo e à dissolução da Assembleia da República. Teria de aceitar a derrota e criar-se-iam condições para ser afastada do Poder.

Sentindo enfraquecer a sua base de apoio interna, a «AD» procura reforçar os apoios externos à sua política.

O Comité Central adverte que a subserviência do governo «AD» em relação ao governo norte-americano e aos círculos mais agressivos da NATO e a sua activa participação em provocações internacionais, comprometem gravemente os interesses nacionais, ferem o brio, a dignidade e a independência nacionais e fazem correr sérios riscos à própria segurança de Portugal e a vida dos portugueses. Em relação com a entrada da Espanha na NATO, o Comité Central não só se pronuncia contra o reforço da NATO em geral, como considera que a aprovação por Portugal da entrada da Espanha na NATO, sem garantias de não haver uma globalização da defesa peninsular e um comando unificado, pode conduzir a maiores limitações da soberania e independência nacional.

O Comité Central anota também que, ao anunciar-se a visita do Papa João Paulo II, a «AD» pretendeu instrumentalizá-la politicamente, de forma a que esta aparecesse como um apoio do Vaticano e da Igreja à política da «AD», expresso em grandiosas manifestações de massas. A «AD» sofreu um fracasso nesta sua pretensão, representando uma séria derrota política o facto de o Governo ter sido praticamente marginalizado no programa da visita.

A força da democracia evidencia-se na atitude favorável à legalidade democrática por parte de outros órgãos de soberania, das Forças Armadas e, sobretudo, no impetuoso desenvolvimento e determinação do movimento operário, popular e democrático que atinge uma amplitude e uma grandiosidade que não deixam quaisquer dúvidas de que, na sua esmagadora maioria, o Povo português se levanta contra o Governo «AD» e está profundamente vinculado ao regime democrático.

Uma greve como a do dia 11 não se conta num jornal que sai 10 dias depois. As peripécias chegavam. Não é esse o caso. Mas mais de uma semana passada sobre o 11 de Maio que estímulo à leitura podem oferecer?

Isso não é comigo – comentará justamente o leitor, devolvendo a bola para cá. Mas também como com essa bola não vamos lá, vamos é dizer ao que viemos sem perder mais tempo, já se vê.

No caso concreto destas linhas viemos falar da greve geral de 11 de Maio porque para nós, comunistas e trabalhadores, o seu carácter nacional não foi suficientemente destacado.

Por motivos diferentes, que têm a ver quase todos com imagens e leituras parciais, a jornada confirmada em 3 de Maio no Porto, num dos maiores plenários realizados pela CGTP-IN, foi nacional não apenas porque assim foi decretada por um organismo com esse âmbito legal.

O carácter nacional da greve não se confunde nem com esse âmbito, nem com o geográfico, o que seria um disparate. É nacional como são nacionais as comemorações do 1.º de Maio, como são nacionais as reivindicações aprovadas em plenário convocado com esse âmbito pela CGTP-IN.

Dizer que a greve geral **não foi geral** porque não correspondeu à ideia que este ou aquele agrupamento de direita podem fazer do seu alcance, seria como declarar publicamente que a jornada nacional do dia 11 não foi um eclipse.

Certamente que não foi.

Mas tendo em conta apenas factos e números ao alcance de quem quiser a greve pode medir-se. Até pode ser comparada com relativa facilidade. O que não se

greve geral de 11 de Maio a revisão da Constituição

5

Fluxo do movimento operário e popular

O Comité Central concluiu que **um dos traços característicos essenciais da situação política actual é o fluxo do movimento operário e popular, o desenvolvimento impetuoso da luta de massas.**

A série de greves que se multiplicam em todos os sectores da vida económica, as concentrações e manifestações de massas, as marchas e afluência a comícios, sessões e plenários, os Encontros e Assembleias, a intensa participação na luta das organizações de massas mais diversas, **revelam um profundo descontentamento para com a política actual, a indignação, a revolta, a unidade e a determinação de luta de milhões de portugueses e portuguesas, tendo indiscutivelmente na vanguarda da luta a classe operária.**

O Comité Central destaca, pela sua importância e significado no desenvolvimento da luta operária e popular no ano em curso, as greves em numerosas empresas e sectores, as grandes manifestações, as acções de resistência à ofensiva contra a reforma agrária, a Marcha contra o Desemprego, a Convenção Nacional Democrática, as Comemorações do 25 de Abril, o 1.º de Maio e finalmente as greves gerais de 12 de Fevereiro e 11 de Maio.

Trata-se de **uma poderosa torrente de massas que revela a força e a vontade política real do povo português.**

As comemorações do 25 de Abril ficaram assinaladas por imponentes desfiles, concentrações e comícios populares com a participação em comum de todos os partidos democráticos e dos representantes dos capitães de Abril, do Conselho da Revolução, assim como por confraternizações de milhares de militares, em encontros comemorativos da data gloriosa do 25 de Abril.

As comemorações do 1.º de Maio ficaram assinaladas por um lado pela acção fascizante e terrorista do governo «AD» no Porto e por outro lado pela participação massiva dos trabalhadores em grandiosos desfiles e concentrações, pela unidade e determinação reveladas na luta contra a «AD» e o seu governo, pelo total isolamento e desmascaramento da UGT como força divisionista e provocatória, organizando os «fura-greves», colaborando com o governo «AD» e com a Polícia de Intervenção, pela confirmação da CGTP como única verdadeira central sindical e do PCP como único grande Partido dos trabalhadores portugueses.

Os acontecimentos do 1.º de Maio no Porto constituem um exemplo vivo tanto da conduta repressiva e fascizante do governo «AD» como da **força vigorosa dos trabalhadores capaz de fazer recuar a reacção.**

O Comité Central **considera inteiramente justa a decisão do movimento sindical de manter as comemorações do 1.º de Maio na Baixa do Porto:** A repressão policial e em particular a actuação terrorista da Polícia de Intervenção a mando do Governo e do seu ministro Ângelo Correia na noite de 30 de Abril para 1 de Maio, espancando e baleando mais de uma centena de pessoas e assassinando dois jovens trabalhadores, um dos quais membro do PCP – caracteriza por si só a natureza antidemocrática e os métodos fascizantes do governo «AD».

O Comité Central reclama o castigo dos assassinos e a dissolução da Polícia de Intervenção.

O Comité Central considera que **o facto de, não se deixando intimidar pela operação terrorista, mais de 100 000 trabalhadores, com o seu movimento sindical unitário, terem comemorado o 1.º de Maio no Porto no local a que tinham direito e que lhe tinha sido ilegalmente recusado, representa uma grande vitória política contra a «AD», uma importante acção em defesa das liberdades, da legalidade, do regime democrático.**

O funeral dos dois jovens trabalhadores assassinados foi pela sua grandeza uma extraordinária manifestação de repúdio pela actuação criminosa do governo «AD» e da exigência popular da sua rápida demissão.

O movimento operário, popular e democrático, atingiu um nível raras vezes alcançado. **O movimento operário, popular e democrático, abarca a grande maioria do povo português e mostra estar em condições de derrotar a reacção e defender e salvar Portugal de Abril.**

6

A greve geral do dia 11 de Maio

O Comité Central procedeu com particular atenção à análise da greve geral de 11 de Maio, da sua importância e significado no movimento operário português e na conjuntura política actual.

Com elevadíssima participação, que, embora com irregularidades regionais e sectoriais, se aproximou da participação na greve geral de 12 de Fevereiro, a greve geral de 11 de Maio constituiu uma **nova grandiosa e extraordinária jornada de luta**, tanto mais de salientar quanto é certo que foi decidida, convocada e realizada no espaço de poucos dias, tendo como motivação imediata, a pronta resposta dos trabalhadores contra a actuação fascizante do governo «AD» no 1.º de Maio no Porto, em defesa das liberdades e direitos dos trabalhadores, em defesa da legalidade democrática, pelo afastamento da «AD» do governo.

É de salientar o facto de os trabalhadores portugueses terem realizado com sucesso no curto espaço de 3 meses, **duas greves gerais**, quando havia 48 anos que o movimento operário não recorria a uma tal forma de luta. Com esta acção os trabalhadores introduziram no quadro do exercício das liberdades no Portugal de Abril esta nova e importante forma de luta.

O Comité Central considera que a realização de duas greves gerais no curto espaço de 3 meses revela uma situação nova e positiva e um salto qualitativo no movimento operário e popular.

As greves gerais mostraram:

a) que **existe uma poderosa organização sindical a nível nacional**, a CGTP-IN, funcionando e decidindo democraticamente, cujas decisões são atendidas e respeitadas pela maioria esmagadora dos trabalhadores como sendo da sua única verdadeira central sindical;

b) que **se atingiu um elevado grau de unidade da classe operária e dos trabalhadores em geral**, com a participação na luta de trabalhadores de todos os partidos e tendências políticas;

c) que existe **um objectivo comum capaz de mobilizar os trabalhadores de praticamente todas as profissões e de todos os sectores da actividade económica nacional** e que esse objectivo é **a demissão do governo «AD» e o afastamento da «AD» do Poder.**

Com as greves gerais de 12 de Fevereiro e 11 de Maio, **a greve geral aparece no movimento operário português como uma nova e poderosa arma de luta, utilizada no quadro das liberdades e direitos dos trabalhadores reconhecidos como parte integrante e fundamental do regime democrático.** É uma arma de luta legítima, constitucional e legal. **É uma arma que os trabalhadores** (pelo elevado grau da sua organização, da sua unidade e de consciência dos objectivos fundamentais) **estão em condições de utilizar com sucesso.**

O Comité Central adverte que o sucesso das duas greves gerais não pode porém levar à ideia da facilidade na utilização desta arma poderosa. Continuam a ser inteiramente válidas, adequadas e indispensáveis lutas parciais de âmbito mais restrito. Mas, desde agora, **a greve geral entrou no arsenal da luta dos trabalhadores portugueses, que saberão dela fazer uso quando necessário.**

O Comité Central chama a atenção para a errada análise dos resultados da greve geral feita por aqueles que dizem que o facto de o governo «AD» não ter sido demitido em consequência da greve mostram a inutilidade da luta travada.

Tanto no que respeita à greve geral como a outras formas de luta, as suas consequências positivas não se podem julgar apenas pelos resultados imediatos. O Comité Central sublinha que, se não fossem as lutas dos trabalhadores, a situação seria extremamente mais grave e a democracia teria há muito sido liquidada.

As lutas dos trabalhadores, incluindo a greve geral, representam um papel essencial, não só na defesa dos seus interesses vitais, como na defesa das liberdades e da democracia.

A greve geral de 11 de Maio representou **uma contribuição valiosa para o reforço da organização e da unidade dos trabalhadores, um sério golpe no governo «AD», um novo passo para a derrota da reacção e para uma alternativa democrática.**

7

Solução urgente, necessária e possível

O Comité Central continua a insistir na necessidade, na possibilidade e na urgência de quatro medidas fundamentais:

— **a demissão do governo «AD»;**
— **a dissolução da Assembleia da República;**
— **a formação de um governo de gestão que dê garantias de respeito do carácter democrático das eleições;**
— **a realização de eleições antecipadas** no prazo constitucional de 90 dias depois da dissolução da Assembleia da República;

Há outras forças e sectores democráticos que já admitem a demissão do governo, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições, medidas que severamente combateram quando o PCP as apresentou. Mas que se opõem a que tais medidas sejam tomadas antes da revisão da Constituição.

O Comité Central insiste em que **essas medidas sejam tomadas antes da revisão** por três razões principais:

a) a urgência de pôr termo à actuação do governo «AD» que encaminha rapidamente o País para o desastre;

b) o facto de que, se esta revisão for levada a cabo, poderá ficar comprometida a aplicação das medidas propostas e, com isso, ficar comprometida a possibilidade de realização de eleições democráticas;

c) a necessidade de impedir a revisão inconstitucional da Constituição que poria em sérios riscos o regime democrático e que, com a extinção do Conselho da Revolução e a passagem de competências militares para o Governo, poderia conduzir a um verdadeiro golpe de Estado.

Tendo o **Presidente da República** competências bastantes para tomar decisões que o povo reclama – demissão do governo e realização de eleições – o Comité Central não pode deixar de lembrar novamente que considera que, da parte do **Presidente da República**, como da parte do **Conselho da Revolução**, parece não existir uma avaliação correcta de toda a obra de destruição que o governo «AD» está a realizar, de todas as ilegalidades e verdadeiros crimes que estão a ser cometidos, do isolamento crescente e da falta de apoio social e político à «AD» e dos perigos reais que representa para o regime democrático a revisão da Constituição segundo os acordos entre a «AD» e o PS/Mário Soares.

Dependendo a revisão da Constituição da junção aos votos da «AD» dos votos de deputados do PS, o Comité Central não pode deixar de uma vez mais sublinhar a **responsabilidade histórica que tomam sobre si o PS e os seus dirigentes se levam por diante, na votação da Assembleia da República, o seu acordo com a «AD».**

O Comité Central apela a todos os socialistas que verdadeiramente querem lutar contra a «AD» e defender o regime democrático, para que participem activamente na luta pela demissão do governo «AD», para que ergam a voz contra o acordo «AD»/PS de revisão da Constituição, para que lutem para que ele não seja efectivado.

Há democratas que manifestam o seu receio de que, em eleições antecipadas, a «AD» possa confirmar uma maioria de deputados do que resultaria o seu reforço considerável e uma situação insustentável para o Presidente da República.

Na base da análise da evolução da situação social e política, o Comité Central expressa a opinião de que tal receio não tem fundamento sério.

Sondagens de opinião segundo as quais seria previsível uma vitória eleitoral da «AD» não merecem crédito.

Sem dúvida que, continuando no Poder o governo «AD» e com uma nova lei eleitoral antidemocrática que a «AD» prepara, as eleições poderiam tornar-se uma farsa e a «AD» poderia manter maioria de deputados mesmo sem votos em que assentasse.

Demitido o governo «AD», dissolvida a Assembleia da República, formado um governo de gestão respeitador da legalidade e realizadas eleições em condições democráticas, – o Comité Central não tem dúvidas de que a «AD» sofreria uma derrota monumental e se abriria caminho a uma alternativa democrática.

8

A luta continua

Para defender os interesses dos trabalhadores e de todas as classes e camadas não monopolistas; para defender as liberdades e direitos dos cidadãos; para defender as nacionalizações, a reforma agrária e outras conquistas da revolução; para impedir a degradação catastrófica da economia, para defender a independência nacional; para impedir que seja feita uma revisão inconstitucional da Constituição que põe em perigo o próprio regime democrático; – o povo português tem um único caminho: **o caminho da luta.**

O Comité Central apela aos trabalhadores, às mulheres, à juventude, aos intelectuais e aos quadros técnicos, aos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, aos reformados e deficientes, para que intensifiquem a luta por objectivos concretos imediatos que lhes digam respeito e para que participem com determinação nas grandes batalhas políticas em curso.

O Comité Central apela para o reforço de todas as organizações e movimentos unitários, para o melhoramento da sua estruturação, a mobilização dos seus quadros, o aprofundamento da sua ligação com as massas.

O Comité Central apela a todos os democratas, designadamente aos socialistas, para a unidade na acção comum.

O Comité Central salienta ser tarefa essencial continuar, ampliar e desenvolver a luta de massas, tanto com objectivos concretos imediatos, como com os objectivos políticos (demissão do governo, dissolução da Assembleia da República e realização de eleições antecipadas em condições verdadeiramente democráticas) **que continuam a ser direcções centrais, fundamentais e decisivas na actual conjuntura.**

Na definição da orientação e na luta que trava, o PCP parte da ideia fundamental de que **a organização, a unidade dos trabalhadores e dos democratas, a acção política, a luta de massas são factores determinantes na batalha que se trava entre a reacção e a democracia portuguesa.**

Em cada situação e em cada momento é sempre perigoso sobrestimar ou subestimar as forças próprias ou as forças do inimigo.

Examinando a evolução da situação política nacional e os mais recentes acontecimentos – designadamente a experiência do 1.º de Maio no Porto – o Comité Central conclui entretanto que, **no momento actual, o perigo principal é a sobrestimação da força da «AD» e a subestimação das forças do movimento operário, popular e democrático.**

Para que a luta possa ser conduzida com êxito, é necessário fazer **um exame objectivo da correlação de forças.**

O PCP tem considerado e continua a considerar que a democracia tem mais força que a reacção.

Esta conclusão é de importância vital para o desenvolvimento da luta nos tempos próximos.

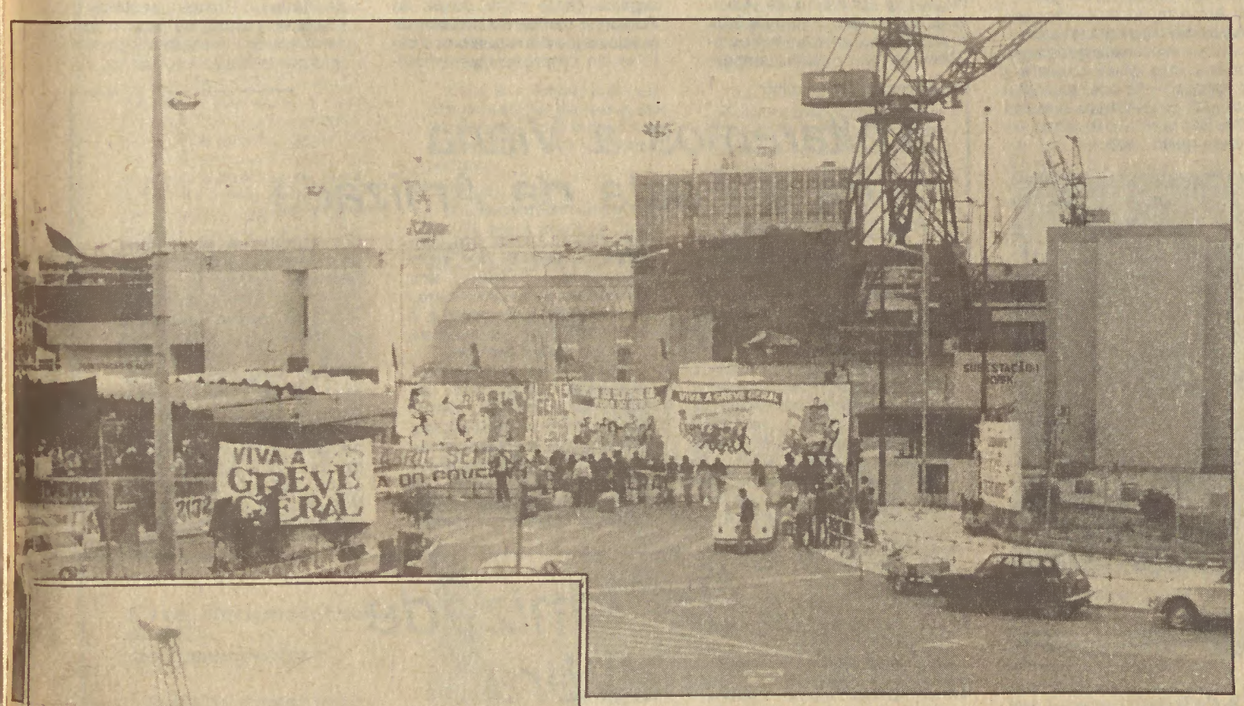
O Comité Central salientou uma vez mais que uma alternativa democrática tem de contar necessariamente com os trabalhadores e com o PCP, cujo reforço é essencial para o desenvolvimento vitorioso da luta popular.

O Comité Central, traduzindo a vontade e a determinação do PCP, e certo também de traduzir a vontade e a determinação da classe operária e de vastíssimos sectores da população, insiste em que a luta continua e continuará até que a «AD» seja derrotada e afastada do Poder, o regime democrático seja salvaguardado, e o povo (ao qual cabe decidir da sorte de Portugal) imponha no quadro da Constituição e do funcionamento das instituições um governo democrático com uma política democrática.

A reacção será derrotada!
Abril vencerá!

18 de Maio de 1982

O Comité Central do
Partido Comunista Português



pode é fazê-la corresponder a uma imagem prévia, a um molde ou modelo que as movimentações de massas não costumam permitir.
Menos ainda se pode fazê-lo com alguma legitimidade quando essa imagem, molde ou modelo são inventados, ou apresentados de pernas para o ar, pelos inimigos da greve geral e dos objectivos que, num dado momento, essa forma de luta se destina a defender.
A legitimidade democrática da proposta de greve geral aprovada no Porto, a adesão maciça e pronta das associações sindicais, a força que representam dentro do movimento sindical, incluindo numerosos sindicatos alheios a qualquer filiação, a participação decisiva da classe operária e de outras camadas da população, designadamente do sector de serviços e da Reforma Agrária, são factores-chave para avaliar objectivamente o alcance da greve geral. Há sem dúvida outros menos amplos, mais localizados.
Há os factores subjectivos incluindo os que têm a ver com a organização.
Mas o que não há são "**tentativas de greve geral**", sobretudo quando com essa designação se pretende que essa forma superior de luta só deixaria de ser uma "tentativa" quando mobilizasse tudo e todos, quando incluísse mesmo os inimigos da greve geral, "paralisando o País".
A CGTP-IN não tinha por objectivo paralisar o País.
Os objectivos da greve geral continuam a ser os anunciados no pré-aviso. É dentro deles que o alcance da greve geral se deve medir.
E quanto ao mais, sobre a greve geral, a análise feita pelo Comité Central do PCP e os fotos que junto publicamos, dizem tudo.

PCP

Iniciativa em Lisboa com Álvaro Cunhal

O Organismo de Direcção da 5.ª zona do CLL realiza no próximo sábado, com início às 12 e 30, um almoço-convívio na Mata de Monsanto, junto ao Estádio Pina Manique (Bairro da Boavista), em Lisboa.

Do programa salientamos às 15 horas um comício, que contará com a presença do camarada **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP. Haverá ainda uma parte artística com a colaboração do Grupo de Intervenção Cultural.

Camaradas das Coops. de Produção

Amanhã, às 20 horas, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, realiza-se uma reunião destinada a todos os camaradas das células de Cooperativas de Produção.

Não faltes!

Célula da INCM

No próximo sábado, a célula da INCM realiza um almoço-convívio no Centro Social dos Trabalhadores do Comércio, em Lisboa, para entrega dos cartões aos novos militantes. Haverá uma intervenção política, a cargo de um camarada do CC. O programa inclui variedades e fados a partir das 16 horas.

Convívio Alentejano

O convívio alentejano que se realizou no passado dia 16 no Montijo reuniu várias centenas de camaradas e amigos.

Do vasto e diversificado programa que se cumpriu em ambiente de festa e alegre confraternização salientaram-se as actividades desportivas, as iniciativas dos Pioneiros, a actuação de um grupo coral e um animado baile.

Durante todo o dia, algumas bancas apresentaram peças de artesanato e vários bares, com petiscos regionais, regalaram os que por lá passaram!

Já na parte final, o camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do CC, fez uma intervenção sobre a situação política actual e a importância da 6.ª Conferência da Reforma Agrária, que se realiza no fim deste mês.

Moita
O Partido na Feira de Maio

O PCP volta a estar presente na tradicional Feira de Maio, na Moita, a realizar no próximo fim-de-semana.

O pavilhão do Partido, além de bar e restaurante, incluirá várias exposições e colóquios, um dos quais dedicado à greve geral do passado dia 11. A organização do pavilhão do PCP é da responsabilidade das Comissões Concelhia e de Freguesia.

Chamusca

Realizou-se no passado dia 9, na **Chamusca,** um almoço-convívio comemorativo do 61.º aniversário do Partido.

Estiveram presentes 170 camaradas e amigos, que aplaudiram várias intervenções, nomeadamente a de um socialista que afirmou ser «a unidade PS/PCP o único caminho para salvar a democracia e correr com a 'AD'».

Festa dos "Vestidos de Chita"

Realizou-se no passado fim-de-semana a Festa dos Vestidos de Chita, em Volta do Vale, freguesia do Couço, organizada pela Comissão Local do Partido.

No sábado de manhã, houve grande participação nas provas desportivas e à noite as atenções foram para o concurso dos vestidos de chita e para um animado baile.

No domingo actuou o Rancho Folclórico «Malmequeres do Sorraia». Em seguida, a camarada Alda Nogueira, do CC, fez uma intervenção sobre a situação política actual.

Esteve presente praticamente toda a população.

Sarilhos Pequenos

No Centro de Trabalho de Sarilhos Pequenos, no concelho da Moita, realizou-se no passado sábado uma iniciativa da Comissão Local, que incluiu a entrega dos novos cartões aos militantes.

Após o almoço-convívio que reuniu mais de cem camaradas e simpatizantes registaram-se várias intervenções.

Após uma informação sobre os resultados nacionais e locais da greve geral, procedeu-se à entrega de cartões do Partido a novos militantes.

No trabalho e na luta a presença de Catarina

• Homenagem em Baleizão

Baleizão, domingo, dia 16. São 14 horas. Algumas nuvens não impedem que o Sol de Maio aqueça a planície tornando o ar seco e abafado.

Encontramo-nos no local mais elevado da aldeia, junto ao cemitério. Em frente, no pequeno largo terreiro, distribuindo-se pelas poucas sombras existentes, grupos de pessoas conversam, aguardando a chegada da delegação do Partido. O movimento cresce. Um vai-vem continuo atravessa o portal do cemitério.

Nos peitos, um autocolante lembra o significado daquele dia. Não faltam os cravos vermelhos. Nas mãos, trazem flores, muitas flores que em breve cobrem a campa da mulher que há 28 anos foi assassinada pelas balas de um esbirro a soldo do fascismo.

Tratava-se de homenagear Catarina Eufémia, trabalhadora agrícola, militante comunista, caída na luta em 19 de Maio de 1954 quando reivindicava trabalho, pão e liberdade para si e para os seus companheiros.

No passado domingo, a distância do tempo parecia não existir. A memória de Catarina estava ali bem viva no coração de todos. Ela é um símbolo sempre renovado da resistência, um exemplo presente no quotidiano de trabalho e luta do proletariado agrícola do Sul.

E este ano aquela bela e singela homenagem assumia um significado particular, talvez mesmo diferente. Estava inevitavelmente marcada pelas criminosas acções desencadeadas por este Governo. No espírito de todos estavam gravados os trágicos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto. O Governo que a Sul do Tejo procura reconstituir o latifúndio e o seu regime caduco de exploração da terra, procura destruir a Reforma Agrária, motor das profundas transformações económicas e sociais operadas nos campos do Alentejo e Ribatejo, é exactamente o mesmo que no Norte do País manda a polícia bater selvaticamente e disparar, ferindo e assassinando trabalhadores indefesos que legitimamente exerciam um direito que a Constituição lhes confere.

Ali, em Baleizão, pairava a consciência colectiva desta realidade. Por isso aquela homenagem não podia deixar de ser uma jornada de luta em defesa da Reforma Agrária, em defesa do regime democrático e da Constituição, contra a política fascizante do Governo AD.

Milhares de trabalhadores agrícolas acorreram a Baleizão e reafirmaram a sua disposição em prosseguir a luta pela qual Catarina deu a vida

"Temos de estar unidos"

No interior do cemitério a custo se rompe até à campa. Por um momento, todos querem olhar a lápide, pôr uma flôr, dar um beijo no pequeno retrato de Catarina cravado no mármore.

Uma mulher vestida de negro, rosto seco marcado pelo sol e por anos de canseiras, quebra o silêncio: "Agora temos de ir aos outros dois..." Outra adianta: "eu também ia..." Outra: "eu também!" ainda outra: "podíamos arranjar uma camioneta". Ouve-se de novo a voz da primeira mulher: "A luta é a mesma, temos de estar todos unidos".

Escutamos aquela comunicação. Sentimo-la. Passara também por nós. Sem que se tenha falado do Porto, da CGTP, do 1.º de Maio ou da repressão, aquela linguagem simples, quase telegráfica, mas que todos bem entendiam estava espontaneamente a dar corpo a um desejo comum: organizar uma excursão ao Porto para levar o abraço fraterno e solidário dos homens e mulheres da Reforma Agrária.

Camionetas de caixa aberta e tractores com reboque vindos das aldeias vizinhas continuam a chegar cheios de gente.

"Não vêm de mais longe por que a vida está muita cara e este mês ainda temos a Conferência da Reforma Agrária" – diz-nos um trabalhador agrícola da "Unidade de Catarina".

O largo encontra-se praticamente cheio.

Cerca das 15 horas chega a delegação do Partido. Rompendo por uma fila compacta de gente, o camarada Álvaro Cunhal dirige-se à campa onde, prestando homenagem, permaneceria por breves instantes.

O ambiente sobe de tom. Gritos de PCP e "a Luta Continua" ecoam em uníssono. O abraço fraternal, a palavra amiga, o cumprimento e os beijos multiplicam-se.

Inicia-se depois um desfile que conduziu a pequena multidão até ao Largo Catarina Eufémia, local onde teve lugar o comício. Ao longo da rua, de ambos os lados, mulheres de idade avançada assomam às janelas ou vêm às portas do casario térreo coberto de branco. Saudando os que passavam, expressavam o desejo de se associar à homenagem. Só a velhice ou a doença as impedia de se incorporarem no desfile.

Cá em baixo, no centro da aldeia, no largo onde se encontra um pequeno monumento com o busto de Catarina, de há muito se encontra gente a aguardar o comício.

Prestando homenagem junto à campa de Catarina

Demissão do Governo

O entusiasmo cresce. Bandeiras vermelhas ondulam mais vigorosamente por cima das cabeças dos milhares de presentes.

Na mesa, situada num palanque montado junto ao edifício do Centro de Trabalho do Partido, encontram-se representantes das Comissões de Freguesia e Distrital do PCP, do Secretariado das UCP's/Cooperativas, do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do distrito, da União dos Sindicatos, da Casa do Povo, do organismo dos reformados da JCP, deputados do PCP eleitos pelo distrito, o camarada Chico Miguel e o Secretário-Geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal.

Iniciando o período de intervenções, a camarada Edviges da Silva em nome da Comissão de Freguesia, sublinha que Catarina Eufémia continua viva no coração dos trabalhadores alentejanos e que estes saberão prosseguir a luta "pela demissão imediata do Governo AD-/Balsemão", por um Governo democrático com uma política que "respeite a Constituição e defenda os interesses do Povo e dos Trabalhadores".

Seguidamente, e a anteceder a intervenção do camarada Álvaro Cunhal (ler **no suplemento**), usou da palavra a camarada Maria Alice da Comissão Distrital de Beja.

Referindo-se à violenta ofensiva contra as UCP's/Cooperativas levada a cabo pelos sucessivos governos de direita a partir de 1976 a camarada denunciou algumas das arbitrariedades do MACP, citando a título de exemplo os recentes concursos públicos de terras e a exigência de que as UCP's paguem ao Crédito Agrícola de Emergência (CAE) alegadas dívidas sob o risco de verem penhorados os seus bens.

Greve Geral foi um êxito

O comportamento de alguns órgãos de comunicação social, transformados em dóceis meios de propaganda da "AD" mereceu também a atenção da oradora, tendo sublinhado a dado passo "a forma vergonhosa e descarada com que a televisão mente, esconde e deturpa as iniciativas dos trabalhadores e das suas organizações".

Terminado o comício, já na estrada a caminho de Lisboa, olhando os campos em redor veio-nos à lembrança as palavras do camarada Álvaro no decorrer da sua intervenção quando se referiu às "bonitas searas" que existem este ano. E mais lembrou, interrogando, como elas não seriam se em vez de reprimir, boicotar e bloquear a acção dos trabalhadores o Governo apoiasse e estimulasse o seu esforço gigantesco para criar uma agricultura desenvolvida, fonte de riqueza e bem-estar.

Mas também aqui o Governo perdeu a batalha. Apesar de todos os crimes, desmandos e ataques contra a mais bela conquista de Abril, a Reforma Agrária prossegue o seu caminho com vigor mostrando ser a única alternativa nos campos do Sul. Ao contrário dos agrários que apenas têm para dar desemprego e miséria as terras da Reforma Agrária são as que produzem riqueza, aumentam a produção, transformaram campos áridos em férteis regadios.

Razões mais que fortes para se saber que esta é uma luta que vai continuar. E vai vencer!

Errata

No discurso de Álvaro Cunhal em Baleizão que publicamos no **Suplemento** desta edição, há uma gralha tipográfica para que queremos alertar os nossos leitores. Assim, na pág. 4, no 3.º parágrafo do subtítulo "Apoio à justa luta dos trabalhadores", onde se lê **contra a lei** deve ler-se ***contra as leis inconstitucionais.***

No Algarve

Com elevada participação popular, decorreram na passada semana, no Algarve, importantes acções de esclarecimento político, em que usou da palavra o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

As iniciativas realizaram-se em Portimão (comício na Praça Manuel Teixeira Gomes, sexta-feira, à noite) e em Olhão e Vila Real de S. António (sessões no sábado).

No comício de Portimão, o camarada Álvaro Cunhal salientou a viva expressão da opinião democrática e antifascista contra a política da AD, tendo reafirmado que «a actual maioria não tem possibilidade de repetir-se desde que se realizem eleições verdadeiramente democráticas».

Sobre a Greve Geral de dia 11, afirmação combativa da classe operária, recordou os graves acontecimentos que conduziram a essa forma de luta dos trabalhadores portugueses, condenou firmemente a actuação da polícia a mando do Governo AD, e em especial do Ministério da Administração Interna, e desmontou ponto por ponto a teia de falsidades e provocações lançadas e estimuladas pela direita durante e após a Greve Geral.

Um dos aspectos referidos pelo secretário-geral do PCP foi a tomada de posição das estruturas sindicais no sentido de não prejudicar a visita do Papa, nomeadamente no sector dos transportes.

Quanto ao facto de a greve ter sido marcada para dia 11 (nas vésperas da visita do Sumo Pontífice), Álvaro Cunhal salientou que tal ficou a dever-se pura e simplesmente ao próprio desenrolar dos acontecimentos: os dois jovens trabalhadores foram assassinados no Porto na altura do 1.º de Maio, depois realizaram-se os funerais, seguidamente surge a decisão do movimento sindical, com o tempo necessário para os pré-avisos de greve.

Noutra passagem da sua intervenção, atentamente seguida pelos presentes, o secretário-geral do PCP sublinhou o respeito dos comunistas portugueses pela visita de João Paulo II ao nosso país e pelas crenças religiosas dos cidadãos, tendo referido a propósito o convite que aceitou para apresentação de cumprimentos ao Papa, no decorrer da sua estadia em Portugal.

Álvaro Cunhal chamaria a atenção para o facto de o Governo AD ter tentado utilizar a visita do Sumo Pontífice para aproveitamento político, com a ideia de que o Papa vinha a Portugal apoiar a política antidemocrática e antinacional da AD.

O secretário-geral do PCP referiu a propósito a posição do Patriarcado, que, recordou, apontara anteriormente o objectivo da visita papal: eminentemente religioso.

Sobre a revisão constitucional, foi particularmente focada a ambiguidade do Partido Socialista nestes termos: nas comemorações do 25 de Abril, Manuel Alegre faz um discurso de abertura à unidade democrática no Rossio e enquanto Jaime Gama alinha com as posições da direita na Assembleia da República e Mário Soares e Almeida Santos, a 29 de Abril, reúnem com Pinto Balsemão e Freitas do Amaral para negociar a revisão constitucional com a AD. A unidade dos democratas, dos comunistas e socialistas, de outros cidadãos que estão com o Portugal de Abril, acrescentou, «é para lutar contra esta revisão da Constituição, que é perigo real para a democracia portuguesa». Na ocasião, Álvaro Cunhal referiu-se a questões relacionadas com as chefias militares e o tribunal constitucional.

Antes do secretário-geral do PCP tinha falado o camarada Horácio Rufino, membro da Direcção da Organização Regional do Algarve (DORAL) e do CC do PCP, que se referiu à participação dos trabalhadores do Algarve na Greve Geral, tendo declarado a dado passo:

«Na nossa região e de acordo com dados provisórios divulgados pela União dos Sindicatos de Faro/CGTP-IN, participaram na Greve Geral mais de 60 por cento dos trabalhadores abrangidos pelo pré-aviso de greve. Com elevada participação da classe operária, as grandes empresas tiveram paralisações significativas das quais salientamos: Cimpor – 70 por cento; T. Pinto – 89; Ilídio Martins – mais de 90; Barrangé – 70; Alboz – 74; entre muitos outros».

Comício em Portimão

No Domingo
I Assembleia de Organização de Viana do Castelo

Os comunistas de Viana do Castelo vão reunir-se no próximo domingo para a sua I Assembleia concelhia de Organização.

Os trabalhos decorrerão na SIRD - Sociedade de Instrução e Recreio Darquense, a partir das 10 horas da manhã, e prolongam-se por todo o dia. À noite, a Assembleia abre-se a toda a população para uma Festa-Convívio que incluirá também uma intervenção política.

Esta Assembleia concelhia tem vindo a ser preparada pelos vários organismos e camaradas organizados na cidade de Viana. Prolongará assim — tomando agora as decisões correspondentes — o debate há muito iniciado sobre os problemas de organização e estruturação do Partido, a campanha de recrutamento, o funcionamento das células de empresa (contemplados no primeiro ponto da ordem de trabalhos) e elegerá a nova Comissão Concelhia.

No segundo ponto serão discutidas as próximas eleições autárquicas e as tarefas delas decorrentes para o reforço das posições do PCP e da APU nos órgãos autárquicos da cidade de Viana do Castelo, segundo o objectivo central de toda a Assembleia que é contribuir para o reforço do Partido no Minho.

Voltaremos a Viana para a Festa da Amizade

Uma festa, iniciativa do Partido, que já criou raízes no concelho de Viana do Castelo — a Festa da Amizade, este ano em 3.ª edição, programada para os dias 4, 5 e 6 de Junho.

Vai ser no Jardim Público, onde os nossos camaradas construirão e animarão bares, bancas e exposições. De características eminentemente populares — ou não fora ali o coração do Minho! —, a Festa da Amizade viverá sobretudo da participação dos artistas locais, dos cantores ao desafio, dos acordeonistas e gaiteiros, dos bailadores, além de um artista convidado cujo nome é a surpresa que se reserva para a próxima semana.

Mas a Festa da Amizade é também o momento de transmitir ao povo do concelho e a todos os que nela são convidados a participar as posições assumidas pelos comunistas em defesa dos interesses das populações locais, o esforço e propostas dos comunistas em defesa da democracia e de todas as restantes conquistas da Revolução de Abril. E momento alto será, nesse sentido, o comício anunciado para as 5 horas da tarde de domingo e no qual participará o camarada **Álvaro Cunhal,** secretário-geral do nosso Partido.

Voltaremos, na próxima semana, à Festa da Amizade, para mais detalhes acerca do que vão ser aqueles três dias de convívio e alegria em Viana do Castelo.

Festas da Amizade e da Primavera

*O convívio, o encontro vivo com a música e as manifestações culturais, o debate político, as actividades desportivas, o artesanato e os petiscos, o fado e a canção jovem, constituiram motivos de atracção que, aliados a outras iniciativas bem diversificadas, levaram milhares de pessoas a duas grandes festas populares recentemente organizadas pelos comunistas na Margem Sul: em **Almada** nos dias 7, 8 e 9, no Alto das Barrocas, Cova da Piedade (a conhecida Festa da Amizade); e em **Palvas,** no **Seixal,** no passado fim-de-semana (Festa da Primavera). Na primeira esteve presente o camarada Álvaro Cunhal, cuja intervenção no comício da Festa publicámos na nossa edição especial de terça-feira, dia 11; e no Seixal participou o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central, de cuja intervenção publicamos largos extractos na página 3 desta edição.*

Camaradas falecidos

José Fernandes

Faleceu recentemente o camarada José Dias Fernandes, que contava 37 anos de idade, serralheiro, natural de Tomar.

Alcides Mendes

Com apenas 23 anos de idade, faleceu num acidente de viação o camarada Alcides Manuel da Silva Mendes, natural de Santiago de Litem.

Foi militante na UEC, enquanto estudante. Mais tarde ingressou no Partido.

Era operário e militante da célula da CP nas oficinas do Barreiro.

José Martins

Faleceu no passado dia 16 o camarada José Jorge Alves Martins, com 27 anos de idade.

O camarada era membro dedicado e destacado da Comissão Concelhia de Soure.

Maria Palmira Soares

Faleceu no passado dia 5 a camarada Maria Palmira Silva Lopes Soares. Contava 52 anos de idade e era militante na célula da Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Maria da Purificação Salvador

Faleceu a camarada Maria da Purificação Salvador, da organização da freguesia de S. João, 4.ª zona do Comité Local de Lisboa (CLL).

Fernando Afonseca

O camarada Fernando Afonseca, com 66 anos de idade, faleceu no passado dia 9 de Maio. Era membro do Partido da Organização dos Caseiros da Região Autónoma da Madeira.

Luís da Cruz

Membro da freguesia de S. Mamede, 3.ª zona do CLL, faleceu o camarada Luís Adelino da Cruz, com 62 anos de idade.

Samuel Salgado

Faleceu no passado dia 30 de Abril, o camarada Samuel da Silva Salgado, trabalhador gráfico. Militava na célula da "Sociedade Tipográfica" e residia na Amadora.

•

Expressando o sentir de todo o Partido, o colectivo do "Avante!" apresenta as mais sentidas condolências aos familiares dos camaradas falecidos.

Juventude

Movimento dos Festivais da Canção Juvenil

Com mais de 15 festivais locais realizados, 80 grupos concorrentes e uma assistência estimada em mais de 3000 pessoas, na sua grande maioria jovens, decorre a bom ritmo o Movimento dos Festivais da Canção Juvenil, iniciativa do jornal «Juventude» órgão central da JCP.

Embora estando previstos para o fim-de-semana passado um grande número de festivais locais, tal não veio a acontecer não só devido à Greve Geral chamando à luta numerosos jovens, mas também porque os jovens estiveram envolvidos em outras tarefas, quer nas escolas quer nos locais de trabalho, o que os impediu de prepararem convenientemente os festivais locais dentro das datas programadas. Mas tal não significa abrandamento do ritmo já imposto ao MFCJ. Assim para além dos festivais já realizados por todo o País, realizaram-se dois festivais no dia 12, quarta-feira, em Lisboa (Alcântara) e Seixal, tendo actuado no primeiro 70 jovens divididos em 10 grupos com 14 canções, e no segundo 4 grupos, tendo assistido mais de 300 pessoas.

Entretanto, estão desde já marcados para o próximo sábado os festivais locais de Évora, Sintra e Faro, aguardando os festivais anteriormente marcados, data oportuna para se realizarem.

Também o grande Festival Nacional que conforme o «Avante!» tem vindo a noticiar, este ano decorrerá na «outra-banda», mais concretamente na Cova da Piedade, na SFUAP, no sábado, 29 de Maio, tem desde já confirmada a participação, nada mais, nada menos, do que do grupo «Trovante».

Um apetitoso programa a não perder, e ao qual por certo muita juventude não faltará.

Excursão a Peniche

É já no domingo a excursão a Peniche organizada pela Comissão Concelhia de Alpiarça da JCP.

A viagem inicia-se às 6 horas e o seu itinerário inclui passagem por Almeirim, Santarém e Rio Maior.

Chegados a Peniche, haverá uma visita ao Forte, depois almoço na Cooperativa e baile.

As inscrições podem ser feitas no Centro de Trabalho de Alpiarça ao preço de 320$00.

PCP

"60 anos de vida e de luta do PCP"

A Exposição itinerante inaugurada em Budapeste

No Museu do Movimento Operário, em Budapeste, capital da República Popular da Hungria, foi aberta ao público na passada sexta-feira, dia 14 de Maio, a «Exposição sobre os 60 anos de vida e de luta do PCP», especialmente organizada com vista à sua sucessiva apresentação nas capitais de cinco países socialistas: além da Hungria, a União Soviética, Bulgária, República Democrática Alemã e Checoslováquia.

Esta Exposição – elaborada com base na exposição apresentada em 1981 no Pavilhão dos Desportos e na Festa do «Avante!» mas com nova concepção e novas soluções exigidas pela sua finalidade, carácter itinerante e locais onde decorrerá – é constituída por um conjunto de 350 painéis, grupos escultóricos em maquete,expositores de documentação, diapositivos, objectos distribuídos pelas grandes áreas de que se compõe a Exposição: Introdução (O País e a sua História – A Terra e o Povo); A Classe Operária Portuguesa cria o seu Partido; o PCP torna-se um Grande Partido Nacional; Rumo à Vitória; A Revolução Portuguesa; As Conquistas da Revolução; O PCP – Força da Liberdade, da Democracia e do Socialismo.

A cerimónia inaugural levou ao Palácio Real de Budapeste, a convite da direcção do Museu do Movimento Operário, que ali está instalado, numerosas individualidades de relevo na vida política e cultural húngara, veteranos do POSH, membros do corpo diplomático dos países socialistas, que saudaram vivamente, a propósito da Exposição – considerada por todos de alto nível político e cultural –, a delegação do nosso Partido que para o efeito se deslocou à Hungria: os camaradas Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Manuel Gusmão, membro suplente do CC.

Na ocasião discursaram os camaradas Imre Gyóri, membro do CC do POSH, responsável do Departamento de Informação e Propaganda, e o camarada Sérgio Vilarigues, de cuja intervenção reproduzimos, nesta página, alguns extractos.

Num pequeno improviso, também o director do Museu se dirigiu aos presentes, para salientar o profissionalismo, o alto nível informativo e artístico da Exposição e enaltecer (e agradecer) a excelente colaboração que se estabeleceu entre os camaradas portugueses responsáveis pela sua montagem e os trabalhadores do Museu.

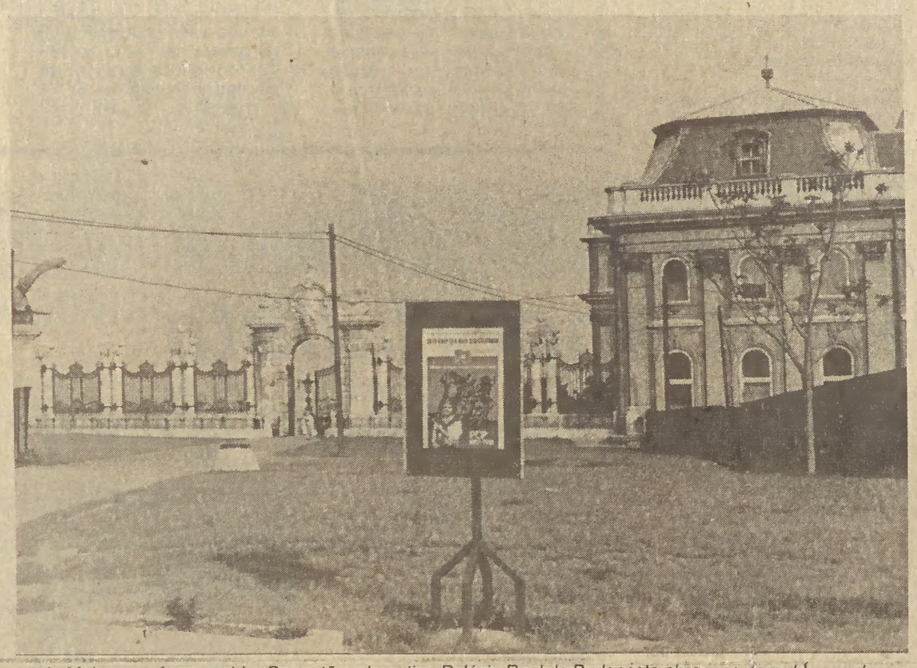
De facto – acrescentamos nós, segundo o testemunho do camarada Rogério Ribeiro, que participou na última fase da montagem e o ouviu dos camaradas que já se encontravam em Budapeste –, quando do contentor ido de Portugal começaram a sair os materiais, a ideia que começou a generalizar-se era a de que um trabalho de tal envergadura seria impossível de aprontar até ao dia 14. Mas os nossos camaradas tinham uma tarefa a cumprir – e cumpri-la-iam como sempre! Perante a sua determinação, a ajuda inestimável de estudantes portugueses, bolseiros em Budapeste, que logo acorreram, e ainda (não sabemos se o mais importante, mas decerto o decisivo) perante a riqueza do que ia sendo desvendado, os camaradas do Museu sacrificaram noites, os seus sábado e domingo de descanso, e foram alguns deles (no caso, dois «veteranos») que, nos últimos momentos e quando tudo parecia a postos, davam as últimas pinceladas em esfoladelas minúsculas de alguns dos painéis.

A inauguração foi assim, para todos, um alto momento de fraternidade, simbolizado nas três bandeiras – a da República Popular da Hungria, a de Portugal e a do PCP – hasteadas à entrada do Museu, e, particularmente para todos os portugueses presentes, a grande emoção de reencontrar, recriados em dignidade, rigor histórico e beleza, o seu Partido e a sua Pátria.

Encontro de delegações do CC do PCP e do POSH

Por ocasião desta deslocação à Hungria a convite do POSH, a delegação do PCP, foi recebida no dia 14 pelo camarada Miklós Ovári, membro do Bureau Político e Secretário do CC do POSH. Presente também o camarada Imre Gyóri, membro do CC responsável pelo Departamento de Informação e Propaganda.

As duas delegações procederam a uma informação recíproca sobre alguns aspectos da situação nos dois países e sobre problemas da situação internacional, em especial os que respeitam à tensão internacional, ao desarmamento e à Paz. Examinaram ainda questões relacionadas com o desenvolvimento das relações internacionalistas que tradicionalmente ligam os dois partidos irmãos.



14 de Maio – tarefa cumprida. Os portões do antigo Palácio Real de Budapeste abrem-se para dar a conhecer 60 anos de vida e de luta do PCP

As palavras de Sérgio Vilarigues

No decorrer do acto inaugural da Exposição em Budapeste, o camarada Sérgio Vilarigues proferiu um discurso em que começou por agradecer a forma amiga, fraterna e carinhosa como a delegação do PCP, que dirigia, foi recebida pelo Comité Central do POSH, acentuando que a apresentação da Exposição na capital da Hungria Socialista se deve, antes de mais, ao facto de **as relações entre o PCP e POSH serem fraternais, estreitos os laços de solidariedade que os ligam e idênticos os objectivos de luta – pela paz, pelo socialismo, pelo comunismo – que os irmanam, embora naturalmente em condições diferentes. Na Hungria constrói-se o socialismo, cujas realizações saudamos. Em Portugal lutamos em condições difíceis para defender as conquistas de Abril e criar condições para novos avanços a caminho do socialismo.**

A vida, luta e objectivos do PCP são transparentes

Depois de se referir brevemente ao que foi o percurso revolucionário do PCP ao longo de 60 anos, o camarada Sérgio Vilarigues proferiu algumas palavras acerca da Exposição que acabara de ser inaugurada:

Através da fotografia e da legenda, do mapa e do gráfico, do documento e do objecto, da pintura e da escultura, a Exposição que temos ante nós, ao falar do PCP, de aspectos da sua organização, da vida e da luta dos seus militantes, da repressão sofrida e do heroísmo no combate, da alegria e da energia dos comunistas na construção e defesa do Portugal de Abril, fala também da luta geral da classe operária, dos trabalhadores e do Povo, da acção de outros democratas na luta antifascista e na Revolução Portuguesa.

Esta é a Exposição sobre a história de um grande Partido, cuja vida, luta e objectivos são transparentes.

E mais adiante:

A Exposição mostra ainda, de certa maneira largamente, o que tem sido a vida e a luta do PCP e dos seus militantes durante os anos que nos separam de Abril de 1974.

Aqui é mostrada a acção determinada dos comunistas portugueses em todas as frentes de combate – nos locais de trabalho, nas ruas, nas autarquias locais e no parlamento – pela defesa dos interesses políticos, económicos e sociais das massas trabalhadoras e populares e do País, pelo avanço da Revolução, pela Reforma Agrária, a nacionalização dos sectores básicos da economia nacional, o controlo operário nas empresas e fábricas, primeiro, e em defesa dessas conquistas históricas e da Constituição que as consagra, depois.

As transformações económicas e sociais produzidas pela Revolução são desde há anos atacadas, sobretudo pelos governos reaccionários, desde 1979, com particular violência, acumulando ilegalidades e crimes.

Entretanto estão, no fundamental, de pé. A luta em sua defesa tem sido prolongada e atravessa actualmente uma fase que pode ser decisiva.

Sob o olhar de uma camponesa de Pavia, os camaradas húngaros seguem, com Sérgio Vilarigues e Paulo Coutinho, os itinerários da nossa luta

O camarada Sérgio Vilarigues ilustrou esta afirmação com o exemplo das últimas grandes jornadas de luta travadas em Portugal. Sublinhou, por fim, a preocupação que é para os comunistas portugueses a política belicista do imperialismo, dirigida contra os povos de todo o mundo.

Lembrar aos jovens o que foi o fascismo

Recordou Sérgio Vilarigues:

A defesa da paz foi uma constante que esteve sempre presente na vida e na luta do PCP – na clandestinidade, durante o período da ditadura fascista, como depois da Revolução de Abril, nas novas condições da legalidade democrática.

Hoje, essa constante de luta em defesa da paz, contra a instalação de novos mísseis de médio alcance na Europa, pelo termo da corrida aos armamentos, pela negociação e a coexistência pacífica, torna-se mais viva e necessária em Portugal e no mundo, para travar os planos belicistas do imperialismo norte-americano e dos círculos mais agressivos da OTAN, para obstar a que o mundo seja colocado à beira do abismo nuclear, para garantir a segurança dos povos.

(...) Acreditamos que esta Exposição do 60.º aniversário do PCP possa ser um contributo para reavivar acontecimentos e factos vividos pelos mais velhos e chamar a atenção dos jovens de menos de 45 anos para eles, por se tratar da caminhada de um partido que lutou e viveu nas condições de uma ditadura fascista, o que também aconteceu com o POSH, tal como sublinhou o camarada Sandor Gulyás no comício de amizade PCP/POSH, realizado em Portugal no mês de Março, aquando da visita de um delegação do vosso Partido ao nosso país.

Pensamos que esta Exposição possa também contribuir para estreitar ainda mais os laços fraternais existentes entre os nossos dois partidos e os nossos dois povos.

Debate sobre aborto e planeamento familiar

O MDM promove no próximo sábado, a partir das 10 horas, na Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio (Rua da Palma, 256, Lisboa) um Encontro-Debate sobre Maternidade, Planeamento Familiar e Educação Sexual e Aborto.

Se não estás bem informado sobre estas questões, se tens dúvidas que queiras discutir ou opiniões que queiras transmitir, aparece: o Encontro está aberto a todos os interessados.

Solidariedade à luta dos têxteis de C. Branco

Com pedido de divulgação, recebemos de um núcleo de compatriotas nossos emigrados em França a seguinte lista de recolha de fundos, oportunamente promovida em favor dos trabalhadores têxteis em luta no distrito de Castelo Branco: Bastille (Paris) – 20 FF; 18 ème (Paris) – 170 FF; 11 ème (Paris) – 800 FF; Dep. 54 – 540 FF; Dep. 88 – 285 FF; Dep. 25 – 70 FF; Dep. 38 – 500 FF; Dep. 74 – 1200 FF; Vários – 310 FF.

festa do Avante!

A grande MÚSICA NEGRA nos palcos da Festa

Anunciámos já para a Festa deste ano um projecto cultural de organização dos espectáculos que aponta especialmente para um campo musical – **a grande música negra.** E explicava-se o porquê de tal escolha: a herança musical dos negros africanos é hoje uma realidade de pujança mundial – em dezenas de expressões musicais específicas deste e daquele país e em formas que hoje cruzam as fronteiras e os oceanos, se encontra a influência do gigantesco património musical de África.

A escravatura levou a raça negra à América do Sul, às Antilhas, à América do Norte, à Europa; em cada país o talento musical da raça negra encontrou formas de fusão, de absorção doutras tradições musicais, transformou, absorveu novos instrumentos, criou estilos, reformulou melodias e ritmos. A comunicabilidade de raíz característica da música negra conduzi-la-ia ao lugar que hoje disfruta – o de natural motor de manifestações musicais. Embora três dias de Festa sejam poucos para a grandeza do que há a mostrar, as coisas apresentam-se de forma animadora. No essencial o programa incluirá cerca de uma dezena de espectáculos, cada um com um intérprete significativo e de qualidade das grandes famílias da extraordinária música negra: da própria África ao Brasil, do jazz e dos blues norte-americanos aos **reggae**, do ritmos afrocubanos ao rock. Esteja atento! No próximo número do "Avante!" daremos o programa detalhado deste significativo empreendimento cultural!

Alto da Ajuda espera-nos

É preciso erguer a Festa nem que seja a pulso!

Alentejanos "em grande" no passado fim-de-semana

Cumpriu-se mais uma jornada de trabalho voluntário no passado fim-de-semana para o erguer da Festa "Avante!"/82. Umas palavras em primeiro lugar para quem veio de bem longe ao Casalinho da Ajuda dar não apenas um valioso contributo em termos de trabalho realizado mas também a ilustrar mais uma vez, e de forma bem viva, o que significa, no nosso Partido, o espírito de militância.

Falamos dos 70 camaradas que vieram de Pias, dos mais de 50 que chegaram da zona Évora/Montemor e 50 de Santiago de Cacém. Saíram de suas casas na madrugada de sábado para, chegados ao terreno, formarem uma longa fila de ataque no desbaste do matagal e ervas que entretanto inundaram o recinto. Ouvia-se à distância o som cadenciado do bater das enxadas, a fila avançava e para trás ficava terreno limpo e montes de erva à espera da recolha. Assim mesmo, com a eficácia de quem vive na labuta diária um confronto natural com a terra.

Estiveram sábado e domingo, trabalharam duro e também confraternizaram. Com a alegria do dever cumprido – costuma dizer-se nestas alturas, e aqui também cabe dizê-lo – os camaradas que vieram de longe confraternizaram com os que trabalham em permanência no recinto.

Uma palavra também para as mulheres que integraram estas brigadas: o seu dinamismo e alegre energia foram um contributo inestimável – como sempre, podemos dizer! Uma palavra, enfim, para todos os camaradas que vieram dar cá uma mãozinha pois – e é justo afirmá-lo – se houvesse um quadro de honra para estas andanças, os amigos de Pias, Évora/Montemor e Santiago do Cacém iam mesmo para o topo!

É preciso mais, camaradas!

E aqui estamos no ponto: a Festa **necessita mesmo** do trabalho de **todos** os camaradas que possam "arrancar" um pouco do seu tempo para o aplicar no Alto da Ajuda. É sabido que o motor da nossa Festa é o trabalho empenhado, voluntário e generoso dos nossos camaradas e amigos; é sabido igualmente que esse esforço não falta, mas não devemos concluir por aí que **chega.** Há prazos a cumprir e muito a fazer. Para e por todos. Electricistas, montadores, pedreiros, carpinteiros, condutores de máquinas, operários especializados ou não, quadros técnicos, intelectuais, todos, todos, seja qual for a profissão! E os jovens! Vamos a isto amigos!

É necessário começar-se – e já! – a encarar-se as jornadas de trabalho curtas, depois das cinco horas da tarde, "somadas" ao dia de trabalho normal. É que há muito para fazer, camaradas, e não se julgue que por irem muitos, são demais. Aqui está, no momento, uma tarefa central que se coloca ao nosso Partido – erguer a Festa do "Avante!" nem que seja a pulso!

Como de resto sempre se tem feito. Mas que urge não descurar. Camaradas! Todos ao Alto da Ajuda!

Venda de EP's

Quem aceita o desafio?

● Dois "campeões" mostram como é

Então o camarada ainda não comprou a sua EP para a próxima festa do "Avante!"...?! E o amigo, que "não falha uma" e até diz que havia de haver mais festas assim, o que espera...?! Está bem, é verdade que à porta do recinto há sempre possibilidades de se adquirir o bilhetinho... Mas por que esperar até essa altura, andar numa lufa-lufa ou esbarrar numa bicha quando se pode ir para a Festa na confortável posição de quem tem já tudo tratado?!

Além disso podemos dizer que só há vantagens (para todos) em se adquirir a EP a tempo e horas e **o mais cedo possível**. Por outro lado os camaradas e amigos que adquirem cedo os seus bilhetes habilitam-se a mais sorteios e, logicamente, a mais oportunidades de alcançar um dos prémios; por outro lado a Organização da Festa, com a venda dessas EPs, passa a dispor de mais capital para responder às muitas despesas que dela (também) fazem parte.

É evidente que uma Festa desta envergadura – apesar da poderosa (e imprescindível) quota-parte de trabalho voluntário que nela se incorpora – resulta sempre onerosa e põe problemas financeiros importantes; com a agravante de que as despesas começam **ainda antes** do trabalho no terreno e sobem em flecha com o andamento do mesmo – daí **ser fundamental** realizar dinheiro o mais cedo possível. E como? Através da venda de EPs, pois claro!

Daí finalmente o grande esforço pedido a todas as organizações no sentido de se cumprirem metas de vendas. E há sempre quem as ultrapasse! Tais sucessos assentam muitas vezes no dinamismo individual de camaradas que, impondo metas a si próprias, arrancam verdadeiros recordes que é justíssimo realçar. Como o camarada Lino, da Organização do Barreiro, que já vendeu 174 EPs, e o camarada Antenor, da Freguesia de Santo Estêvão (Lisboa), que já vai nas 115!

Camaradas, quem aceita o desafio destes imparáveis vendedores?

1.º sorteio das EP's

No decorrer da Festa da Amizade, na Cova da Piedade, realizou-se no passado dia 8 o primeiro sorteio dos EP's para a Festa do "Avante!", tendo os resultados sido os seguintes:

1.º	– Uma tenda de campismo	66298
2º	– Uma bicicleta	99407
3.º	– Uma bicicleta para criança	58607
4.º	– Um saco de dormir	163029
5.º	– Uma biblioteca Caminho no valor de 1000$00	193229
6.º	– Uma biblioteca Caminho no valor de 500$00	94263
7.º	– Uma biblioteca Caminho no valor de 500$00	00010
8.º	– Uma biblioteca Caminho no valor de 500$00	163113
9.º	– Uma biblioteca Caminho no valor de 500$00	193077
10.º	– Uma biblioteca Caminho no valor de 500$00	68955

Encontros de Pioneiros em Lisboa e no Porto

Em Lisboa e no Porto, os Pioneiros reuniram-se no passado dia 9 em Encontros Distritais, marcados, num e noutro lado, pela amizade e a alegria.

No **Porto**, o Encontro decorreu durante todo o dia na Escola Secundária de Rodrigues de Freitas com a participação de cerca de 200 pioneiros. Foi um êxito, que não pode ser desligado do profundo empenhamento que os pioneiros puseram na sua preparação, trabalhando nos seus núcleos até terem a certeza de que a Festa ia sair bem.

E saiu! Na parte da manhã, os pioneiros apresentaram os relatórios de actividades dos seus Núcleos, falaram do seu jornal – o "1.º de Junho" –, dos seus acampamentos, aprovaram uma mensagem de Paz. Foi uma manhã de troca de experiências em ambiente de grande amizade.

Durante a tarde, foi a festa propriamente dita: os vários Núcleos representaram teatro, cantaram, fizeram ilusionismo, leram poemas, dançaram folclore.

No final, com o mesmo espírito de alegria e são convívio, todos os presentes, crianças e adultos, participaram na Corrida da Amizade.

Em **Lisboa** o programa foi um pouco diferente mas igualmente marcado pela amizade e a alegria.

O Encontro decorreu em Santa Iria da Azoia, onde, após a abertura solene com intervenções de saudação, cerca de 300 pioneiros desfilaram pelas ruas, com a sua música e as suas canções, apoiados pelo carinhoso acolhimento da população.

Os pioneiros pintaram depois dois murais alusivos à Paz e um outro em honra da natureza, e plantaram em conjunto o Canteiro da Amizade.

Depois do almoço, organizado no refeitório da Covina, foi um nunca mais acabar de brincadeira, com desporto e inúmeros jogos em que todos participaram: o mata, o pião, o berlinde, a corda. A encerrar o encontro, ia a tarde no fim, foi o "passeio-mistério", sempre tão do agrado da criançada.

No regresso a casa estavam todos muito afogueados, um pouco cansados – mas muito felizes.

Quem tem trapos para os Pioneiros?

«Quem tem trapos ou garrafas para vender?» — costumam gritar os ferro-velhos, por essas ruas das cidades.

Não é bem esse, mas anda lá perto o pedido que nos chega dos Pioneiros, tendo em vista a sua tradicional participação na Festa do «Avante»... Garrafas, não, obrigado, até são perigosas, pode alguém cortar-se, mas os trapos são indispensáveis para aquelas mascaradas que eles costumam fazer e que tanto os divertem.

Há amigos que têm, lá em casa, no fundo das malas ou no fundo das gavetas, trapos para dar e vender, como se costuma dizer, e é a esses amigos que os Pioneiros se dirigem, como têm feito nos anos anteriores e nem sequer pôem a alternativa se é para dar ou para vender... É para dar, evidentemente, é para ajudar a Festa dos Pioneiros, é para valorizar a Festa do «Avante!».

Afinal, do grito dos ferro-velhos, já pouco resta... Nem «garrafas», nem «para vender» — trapos é que sim! Mas, até mesmo quanto a trapos, vamos lá a ver mais concretamente o que pode interessar: trapos de vestir ou de enfeitar, roupas velhas, até casacos sem mangas, até mangas sem casacos, um cachecol usado, lenços, saias, laços, lacinhos e laçarotes, chapéus daqueles já muito amarrotados que estão já não se sabe bem onde, mas que vale a pena procurar. Às vezes, nessas buscas, no meio da naftalina, aparecem coisas de que a gente já nem se lembrava, coisas que julgávamos já perdidas e que, afinal, ainda podem ser tão úteis para essa brincadeira impagável de cada qual se mascarar com isto ou aquilo, disto ou daquilo, segundo a sua fantasia.

Outra coisa indispensável para a caracterização dos mascarados são os batons velhos, meio-usados, assim como colares, luvas (mesmo sem dedos), óculos (sem vidros), coisas assim. Cabeleiras, então, seria o ideal, mas tranças também serve.

Muito do que de mais engraçado se passa na Cidade dos Pioneiros depende dos materiais que for possível recolher, e convém que seja já!

O apelo, a miúdos e graúdos, aqui fica, pois: manda o que puderes arranjar para a Casa dos Pioneiros, a Sete-Rios, em Lisboa, na Rua Prof. Lima Bastos, n.º 140, 1.º-Esq., todos os dias depois das 18 horas.

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Internacional

Guerra à guerra

A marca *Reagan* já não engana ninguém

Todos temos visto, e ouvido, nestes últimos dias, o presidente americano, o seu secretário de Estado e restante comitiva, desentranharem-se a dar da sua política uma imagem pacífica, bem abalada apesar de uma sistemática campanha propagandística, que entretanto os factos desmentem. É que o presidente Reagan fez uma "nova" proposta de "paz", Enfim, convém que não sejam só os soviéticos a fazê-las. E muito embora quando as propostas de paz partem dos países socialistas nos cheguem sempre às mãos com o inevitável comentário de que não passam de demagogia de mistura com intuitos maquiavélicos, convém apesar de tudo que algumas vão partindo da NATO... Assim, temos mais uma pretensa proposta de paz com a marca Reagan. Muito elogiada e defendida por cá no pequeno écran, na rádio, em grande parte da imprensa. Mas, curiosamente, não tanto por essa tal Europa onde à força nos querem integrar. E não tanto, curiosamente, nos próprios Estados Unidos. Porquê? Que proposta é essa?

Segundo números fornecidos por organizações do mundo capitalista, os Estados Unidos e a União Soviética dispõem de 7500 ogivas nucleares, sendo que os Estados Unidos têm em terra 2150 e 5300 em submarinos, enquanto a União soviética tem cerca de 5500 em terra e 1900 instaladas em submarinos. Qual é a proposta de Reagan? A redução de um terço das armas nucleares estratégicas no prazo de dez anos, à custa, fundamentalmente do armamento soviético. Ou seja, temos uma segunda versão da «Opção zero». Desarmem primeiro os soviéticos para que o imperialismo fique desde já com a superioridade militar. Uma proposta destinada a ser rejeitada e que assim não passa — neste caso tal qualificação é correcta — de manobra demagógica, com o intuito de enganar a vontade de paz dos povos.

Esta conclusão não é só nossa. E não são só os camaradas soviéticos que afirmam não passar tal proposta de uma «absurda pretensão ao desarmamento unilateral pela URSS e de assegurar a superioridade militar dos Estados Unidos», como se afirma no «Pravda».

O insuspeito «Le Monde», por exemplo, faz o seguinte comentário: «A redução de armamentos proposta por Reagan deixa de lado, pelo menos na sua primeira fase, os sistemas em que os Estados Unidos detêm a superioridade (bombardeiros e sobretudo mísseis de cruzeiro), não põe em causa nenhum dos grandes programas de modernização anunciados pela Casa Branca (engenho intercontinental MX, submarino Trident, B1 e avião «furfit»); em síntese, são pedidos quase todos os sacrifícios exclusivamente aos soviéticos, de que os seus mísseis intercontinentais localizados em terra detêm três quartos das suas ogivas e do seu potencial destrutivo: Moscovo deveria reduzir em mais de metade o seu arsenal nesta categoria, enquanto os Estados Unidos poderiam continuar como estão».

Nos próprios Estados Unidos, opiniões de personalidades ligadas ao poder estatal, apontam no mesmo sentido. Por exemplo, ainda muito recentemente, a política externa norte-americana foi abertamente condenada, nos EUA, por um ex-vice-presidente, três ex-ministros da Defesa, dois ex-directores da Agência de Controlo dos Armamentos e de Desarmamento, dois ex-conselheiros presidenciais para as questões da segurança nacional e um vice-director da CIA. E isto não acontece por acaso, muito embora a proximidade das eleições para o Congresso, a realizar no Outono próximo, tenham certamente o seu peso.

Uma regra fundamental da democracia burguesa é isso mesmo — prometer aos povos o que corresponde aos seus anseios e necessidades, para depois, na prática, o recusar.

A verdade é que, quanto mais não seja, tais posições de individualidades reflectem o amplo descontentamento do povo americano face à política belicista do governo do seu país e traduzem também, simultaneamente, um certo realismo político que não será exclusivo de alguns dirigentes burgueses da Europa (realismo que está completamente arredado da política do Governo português).

E assim temos o ex-secretário de Estado Edmund Muskie e o senador Kennedy a afirmar que as propostas de Reagan «se destinam a prejudicar o desarmamento enquanto os Estados Unidos se empenham na construção do seu arsenal militar para alcançarem a supremacia sobre a União Soviética». Ou o senador republicano Harriman, antigo embaixador dos Estados Unidos na União Soviética, a denunciar expressamente o «mito da superioridade soviética», declarando que «actualmente, existe o equilíbrio de forças entre os potenciais nucleares dos Estados Unidos e da União Soviética». Paul Warnke, que foi representante da América nas conversações SALT, pergunta muito oportunamente: «Como poderemos esperar dos soviéticos que assistam passivamente às nossas medidas de armamento sem que eles próprios se armem também, e como podemos esperar que eles desarmem sem que nós desarmemos?».

Movimento de massas é motor na luta pela paz

«Os povos do continente europeu estão conscientes que o desarmamento, o desanuviamento, e não a acumulação de armamentos e a tensão, são a garantia da sua segurança» — afirma-se numa declaração difundida em Helsínquia pelo Conselho Mundial da Paz, na véspera da semana de acções pela segurança e a cooperação na Europa, e que teve início a 7 de Maio, em véspera de mais um aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial.

De par com a política de paz sistematicamente seguida pela comunidade socialista, de par com a luta da classe operária, dos trabalhadores, das forças progressistas em todo o mundo, e cujo peso vai invertendo a correlação de forças a nível mundial, é este amplo e crescente movimento pela paz que tem vindo a impor posições mais realistas a governos do capital e que constitui importante barreira à perigosa escalada da corrida armamentista. Já neste mês de Maio centenas de milhar de pessoas manifestaram-se na Suécia, em Berlim Ocidental, na Áustria, na RFA, na Grécia, pela paz, e inserindo aí logicamente reivindicações e problemas específicos — a exigência de uma zona nórdica desnuclearizada, contra a parada anual de forças de ocupação francesas, norte-americanas e britânicas em Berlim, contra uma exposição internacional de equipamento militar electrónico em Hanover, o encerramento das bases norte-americanas e a saída da Grécia da NATO.

Em Outubro passado 300 000 pessoas saíram para as ruas de Bona; 250 000 ingleses manifestaram-se em Londres, 200 000 belgas em Bruxelas, 100 000 franceses em Paris, 300 000 holandeses em Amsterdão. E muitos outros noutras cidades, noutros países. Era a ofensiva de Outono pela Paz.

As marchas da Páscoa — um movimento nascido na RFA, fundamentalmente contra as armas nucleares — traduziram-se, este ano, por grandes manifestações pela paz na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Centenas de milhar de pessoas manifestaram-se nos Países Baixos, na RFA, em Berlim Oeste, na Grã-Bretanha, na Suécia, Dinamarca, Itália, Grécia, Luxemburgo, Suíça, Áustria, Canadá, Estados Unidos e Japão.

A lição dos 50 milhões de mortos e mutilados da última Grande Guerra, a lição de Hiroshima e Nagasaki, a lição das múltiplas guerras locais, fomentadas pelo imperialismo, campo de criminosa experiência viva de novas armas — não é esquecida nem ignorada por massas cada vez maiores na Europa, nos Estados Unidos e por todo o mundo. Só o imperialismo, só os grandes monopólios de armamento, estão interessados em ignorar e deturpar a realidade, escamotear a gravidade dos factos, propagandeando a guerra, fazendo ensaios do «fim do mundo» ou da utilização da bomba de neutrões, como nos actuais exercícios da NATO. Mas serão derrotados.

Sobre Reagan, ler artigo no *Suplemento*.

O Governo "AD" e as "contrapartidas"

A «Chama da Paz» chega a Portugal no dia 29 de Maio, e permanecerá no nosso país até ao início da segunda sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU pelo Desarmamento, que se vai realizar entre 7 de Junho e 9 de Julho. Trata-se de uma das múltiplas acções, realizadas a nível internacional, em que participam as forças da paz e o Povo português. Enquanto isso, seroamos todos os dias com o sr. Reagan, ou o sr. Haig, ou o sr. Freitas do Amaral (uma das versões nacionais da defesa dos interesses do imperialismo), que nos vão quotidianamente afirmando que, como grandes «defensores» da paz, arduamente se empenham em fomentar a guerra...

Não é uma situação original esta, em que de um lado cresce o movimento popular pela paz, contra a corrida às armas nucleares, contra o seu fomentador – o imperialismo, e de outro, de forma mais clara ou mais ambígua, governos e seus apêndices a nível de informação, defendem, não só em palavras, mas na prática muito concreta, e apesar das limitações impostas por esse mesmo movimento popular, a opção do «equilíbrio» pelo terror, a força das armas contra a vontade dos povos. Pelo contrário. Pode mesmo dizer-se de que nesse aspecto estamos já bem inseridos na Europa... Com um senão. É que o Governo AD exagera. Não sem a sua razão. E porque os processos políticos que se vivem em cada país e a batalha geral pela paz estão estreitamente interligados, o Governo AD entende – e na sua óptica, bem – que há um elo entre a sua sobrevivência, sob esta ou aquela forma, e a agudização da tensão internacional. E que a crescente dependência do nosso país do aparelho bélico ocidental constitui uma ajuda objectiva para a sua política.

Isso mesmo, no fundo, foi bem recentemente dito por Pinto Balsemão, quando reclamou ajuda do mundo capitalista... antes que o nosso país se transformasse – são palavras suas – numa outra Turquia ou numa outra Polónia (apesar da deliberada confusão entre situações nacionais completamente diversas, o intuito é claro). E é insistentemente reafirmado.

Assim, por exemplo, no seu regresso de Bruxelas, Freitas do Amaral declarou ser necessário que os EUA e os países da NATO se sintam obrigados a colaborar no reequipamento das FFAA portuguesas. E para quê? Para uma maior inserção do nosso país na lógica política de uma organização que nada tem a ver com os princípios democráticos impostos em Abril às forças reaccionárias.

No seminário promovido no hotel Ritz, com a participação do PS, PSD e CDS, e subordinado ao tema «Portugal e Espanha e as relações Transatlânticas», a política de submissão ao imperialismo do Governo – que por isso mesmo, e simultaneamente, exige os seus apoios para fazer a sua política no nosso país – ficou particularmente clara. «Portugal está disposto a aceitar a adesão da Espanha à Aliança Atlântica, pretendendo, no entanto, recolher **contrapartidas** dessa filiação, sobretudo por parte dos Estados Unidos. Esta foi a conclusão a que chegaram os participantes portugueses» do referido seminário. É uma conclusão do jornal «Expresso». Não é nossa. E não se trata de um dado disperso, mas de uma prática que caracteriza a antipatriótica política externa da AD. O Governo AD faz a política do imperialismo. Com uma única reivindicação – a contrapartida do apoio imperialista a essa mesma política. Apoio de que bem sabe estar necessitado.

Malvinas

Uma guerra imperialista de que ninguém sabe o fim

Em 1981 chegou à Baía Branca o navio de guerra «Endurance». Ao despedir-se, o embaixador da Grã-Bretanha afirmou então, referindo-se ao problema da soberania sobre as Malvinas, que «a questão anglo-argentina nada tem a ver com uma questão de soberania (...) mas sim de aproveitamento das possibilidades dessa área». Em Março de 82, o CC do Partido Comunista da Argentina, referindo o problema das Malvinas e o seu carácter de reivindicação histórica, afirmava: «são e devem ser argentinas. Mas preocupa-nos – e para isso alertamos a opinião pública – que tanto o imperialismo inglês como o yanqui, pretendam utilizar esta justa exigência para converter as ilhas em praça de armas, numa base militar dos Estados Unidos, em apoio de um pacto do Atlântico Sul, e favorecer os planos das grandes multinacionais para se apoderar das nossas riquezas e estabelecer o seu domínio económico, político e militar na zona sul do país». É isto mesmo que hoje está em causa. Em circunstâncias que entretanto evoluiram de forma menos favorável à concretização dos planos imperialistas. O que lhe impõe o delinear de novas tácticas.

Que evolução sofreram os acontecimentos? De que forma Washington, em particular, se adaptou à nova dinâmica criada?

Um mar de contradições

O governo argentino decidiu suspender um muito anti popular plano de privatização da maior parte do sector estatal da economia, enquanto nos quartéis se ouvem críticas directas aos Estados Unidos e cresce vertiginosamente a consciência anti-imperialista das massas. Isto não significa de forma alguma que o conteúdo da política do regime se tenha alterado de facto. Como afirma o semanário argentino «Que Pasa», impõe-se a «participação dessa maioria que está disposta a combater a agressão imperialista e alcançar um acordo negociado, abrir caminho à recuperação da democracia e que exige a profunda alteração da actual política económica do país». Mas alguma coisa já foi abalada. O que certamente não estava nos planos da junta de Galtieri.

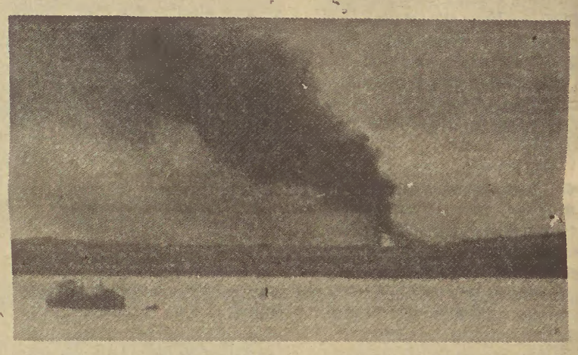
Ao nível da América Latina a situação está também longe de evoluir de forma favorável aos interesses imperialistas. Cresce a exigência de modificação das estruturas e da sede da OEA (actualmente em Washington). Denuncia-se o verdadeiro carácter do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), que, como afirma um membro do governo venezuelano, «só tem servido para beneficiar o país que o invoca quando estão em jogo os interesses dos EUA». Posições que estão a ser assumidas mesmo por forças políticas e governos que nada têm de progressistas.

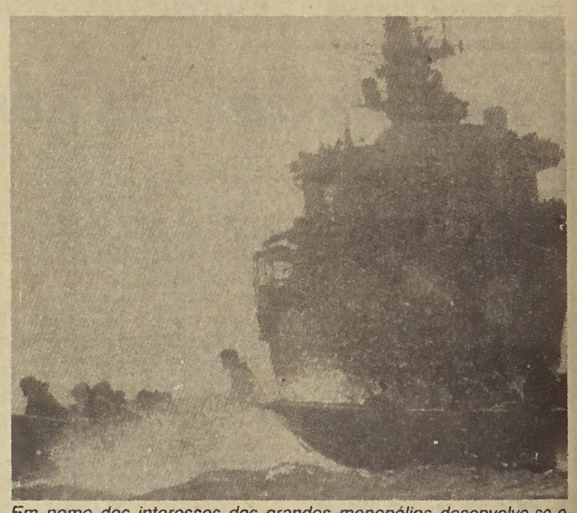
Também a Europa capitalista se está a demarcar da Grã-Bretanha e dos EUA, como o demonstram o adiamento, pela CEE, da decisão sobre a renovação das sanções económicas e as posições assumidas em particular pelo governo irlandês, mas também pela França e até pela RFA.

A resposta dos EUA

A resposta de Washington à situação criada desdobra-se em duas direcções. Procede-se por um lado à sabotagem de uma solução diplomática no seio da ONU, o que poderia permitir a reintrodução da Casa Branca nas negociações, colhendo daí os frutos correspondentes. Por outro lado há indícios de que a embaixada americana incentiva a desestabilização do Poder na Argentina. Galtieri já não lhe serviria, dada a situação em que se colocou – de objectiva dependência do apoio popular de massas na Argentina e dos partidos, forças e países progressistas. Nestas manobras destaca-se um conjunto de iniciativas que incluem o envio a Buenos Aires do embaixador itinerante Vernon Walters, à cabeça de um grupo de emissários.

Mas tais manobras chocam-se com a evolução dos factos e das mentalidades no continente latino-americano. Enquanto uma situação particularmente perigosa para a paz se gera em torno das Malvinas e já centenas de vidas se perderam em nome dos interesses coloniais e imperialistas da Grã-Bretanha e dos EUA. Como afirmou há dias Fidel Castro, como presidente do Movimento dos Não-Alinhados, em mensagem aos chefes de Estado dos países membros do movimento: «É no interesse dos direitos de todos e de cada um dos nossos países e, acima de tudo, da soliariedade humanitária para com o povo argentino e os soldados ingleses lançados ao combate, que elevamos a nossa mais firme condenação pelo prosseguimento das hostilidades, bem como o nosso apelo para uma solução negociada e política do conflito, no respeito dos direitos soberanos da Argentina».





Em nome dos interesses dos grandes monopólios desenvolve-se o perigoso processo de guerra contra a Argentina. Marinheiros ingleses treinam-se para um desembarque. Bombardeiros e helicópteros da Grã-Bretanha atacam Port Argentino

Irão-Iraque

Até quando uma guerra que só interessa ao imperialismo?

Por iniciativa do emir do Kuwait, Jaber Al Ahmed Al Sabah, realizou-se no sábado passado uma reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos seis países do Conselho de Cooperação do Golfo – Arábia Saudita, Kuwait, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Bahraine Omã – para debaterem o problema da guerra entre o Irão e o Iraque.

O objectivo da reunião, a adopção de uma posição árabe comum face ao sangrento conflito, não foi alcançado e muito provavelmente não o virá a ser. contra ele se manifestaram já a Síria e a Líbia, dois países da «Frente da Firmeza», contrários ao que consideram como «tentativas de arabizar» o problema.

Os ministros do Conselho do Golfo, que pretendiam convocar uma conferência a alto nível da diplomacia da Liga Árabe, acabaram por acordar apenas nova reunião a realizar em Riad no próximo dia 30.

Seja qual for a posição que vier a ser tomada pelos países do conselho, é possível desde já assinalar duas atitudes a nível internacional em relação à guerra irano-iraquiana: por um lado, as tentativas mais ou menos veladas para que a guerra prossiga, se possível com a sua internacionalização ou «arabização»; como já foi denunciado pelos países da «Frente da Firmeza»; por outro, a vontade crescente de contribuir para que o Irão e o Iraque iniciem conversações que conduzam ao cessar fogo e à paz entre os dois países, designadamente por parte da ONU, países não-alinhados e Organização da Conferência Islâmica (OCI).

Destas duas atitudes, completamente opostas, uma questão emerge: **a quem interessa esta guerra?**

Basta saber **quem ganha com esta guerra** para encontrar a resposta àquela pergunta. E os dados apontam todos num só sentido – **Washington.**

Na verdade, que melhor pretexto poderia invocar a administração norte-americana, para além da estafadíssima «ameaça soviética» e dos seus «interesses vitais», do que esta guerra para justificar, por um lado, a sua presença na região e, por outro, para conservar a superioridade militar de Israel (o «tesouro estratégico» americano na zona) em relação aos países vizinhos?

E que melhor serviria os «interesses vitais» norte-americanos do que uma guerra entre dois regimes anti-imperialistas?

Responsáveis pelas guerras que eclodiram nas últimas décadas no Médio Oriente, os Estados Unidos continuam a ser, com o preciso apoio de Israel, uma fonte de tensão para todo o golfo Pérsico com as inevitáveis ameaças para a paz e segurança internacionais.

Em troca, o que ganham os países da região?

No caso do Irão e do Iraque uma guerra sangrenta e prejuízos talvez mesmo irreparáveis das economias dos dois países.

O preço da guerra

As vítimas ultrapassaram há muito a casa dos cem mil. Milhões de habitantes foram obrigados a abandonar as terras.

A guerra custa ao Irão de 720 a 800 milhões de dólares por mês. Os gastos do Iraque não foram ainda estimados, mas é o próprio vice-ministro da Indústria Petrolífera quem reconhece que a guerra causou «grande prejuízo às explorações petrolíferas» e que o Iraque poderá necessitar até cinco anos para se recuperar.

A oitava parte das terras mais férteis do Irão não é agora trabalhada, não obstante apenas 12 por cento do território do país de 1,6 milhões de quilómetros quadrados serem úteis para a agricultura.

Não. O Irão e o Iraque não lucram nada com esta guerra.

E não deixa de ser curioso asssinalar os esforços que certa imprensa faz para ocultar declarações de responsáveis de ambos os países que apontam para o reconhecimento do facto e que podem ser um primeiro passo em direcção à paz. Ou para confundir.

Às declarações do primeiro vice-primeiro-ministro do Iraque ao «Washington Post», que salienta a disposição de proceder a uma **«retirada por etapas dos territórios iranianos ocupados até que seja assinada a paz, sob a condição de início de conversações ou directamente entre as duas partes, ou através de terceiros e de indícios de progressos visíveis nas mesmas»**, sucederam-se notícias vindas de Teerão a favor da continuação da guerra.

Mas os manipuladores não conseguem já impedir que se comece a sentir que alguma coisa está a ser feita para pôr fim à guerra irano-iraquiana. A mensagem do presidente do Irão, Ali Khosseini-Khamenei ao presidente da Guiné, Sékou Touré, não passou despercebida. Nela se agradecem os esforços medianeiros da OCI e se expressa a aspiração do Irão a uma paz justa.

Quase dois anos depois do início da guerra (Setembro de 1980) os países em confronto começam finalmente a reconhecer quem beneficia com esta guerra.

Mais do que nunca se tornam actuais as palavras de Leonid Brejnev proferidas no Parlamento indiano em fins de 1980: **Todo o mundo assiste à penetração militar estrangeira no Médio e Próximo Oriente. Perante a alegria dos inimigos dos povos árabes, enfraquece a unidade do mundo árabe. Além disso, espera-se enfraquecer o anti-imperialismo das políticas do Irão e do Iraque. É por tudo isto que os dois povos vizinhos pagam com o seu sangue.**

Que o reconhecimento desta realidade possa conduzir à paz.

Movimento comunista internacional

• **Reforço da unidade no MPLA-Partido do Trabalho** – "A unidade no seio do Partido é incompatível com as presença de oportunistas nas suas fileiras que, em alguns casos, se pronunciam abertamente contra os princípios marxistas-leninistas e em outros os admitem apenas em palavras», afirmou recentemente Dino Matrosse, secretário do Comité Central do MPLA-PT, na abertura do 1.º Seminário Metodológico da Comissão de Controlo do Partido.

Após sublinhar que a «invencibilidade do Partido reside na sua unidade e coesão», Dino Matrosse salientou que por unidade «subentende-se que todos os militantes e todas as suas organizações nos vários escalões possuem as mesmas posições ideológicas, políticas e orgânicas e seguem a mesma linha». Nessa óptica, disse, «a garantia de pureza da unidade política do Partido é a mais importante função das Comissões de Controlo».

Na sua intervenção Dino Matrosse fez notar que a opção socialista da RPA levou à agudização da luta de classes em Angola e alertou para o facto de tal se reflectir também a nível do Partido, onde há elementos que «entraram para o Partido para se servirem dele e não para o servirem». Tais elementos – disse – devem ser detectados, desmacarados e afastados das fileiras da nossa organização revolucionária.

• **O X Congresso do Partido Comunista do Equador** – No final do ano passado o Partido Comunista do Equador realizou em Guayaquil o seu X Congresso, onde entre outros documentos foi aprovada uma Resolução Política que analisa não só a evolução naquele país como traça as linhas mestras do trabalho a desenvolver no futuro.

Recordando a grande evolução industrial registada na década de setenta provocada sobretudo pela exploração de petróleo na região oriental e pela descoberta de gás natural e de reservas minerais, a Resolução faz notar a consequente proliferação de multinacionais, associadas ou não ao capitalismo interno e o necessário crescimento do número de operários e de trabalhadores de serviços. Os grandes beneficiários do desenvolvimento capitalista no Equador foram, como refere o PCE, os monopólios imperialistas e a oligarquia a eles ligada, bem como o capital financeiro nacional e internacional.

As massas populares continuam numa situação de discriminação social, cultural e política, ao mesmo tempo que as classes dominantes continuam a demonstrar a sua incapacidade para resolver os problemas do povo e para defender a independência nacional.

É nesta situação que se desenvolve no Equador uma luta de classes cada vez mais aguda. A classe operária organiza-se e fortalece-se nas suas organizações sindicais, lutando por melhores condições de vida e de trabalho; os camponeses lutam por uma reforma agrária democrática. Consciente de que a dispersão de forças em nada contribui para a resolução dos problemas nacionais, o Partido Comunista do Equador aponta como tarefa principal a «unidade de todas as forças anti-imperialistas, democráticas e patrióticas na batalha pela Revolução Nacional Libertadora, ou seja, pela luta do povo contra o imperialismo e a oligarquia, a luta popular pelo bem-estar, democracia, independência nacional e pelo progresso social».

• **A propósito das «eleições gerais» na Indonésia** – Quando o regime da «nova ordem» anunciou a realização de novas «eleições gerais», o Partido Comunista da Indonésia divulgou um documento pleno de ironia que mantém ainda hoje toda a sua actualidade.

Nele se dizia que «pode afirmar-se com segurança que os resultados oficiais serão os mesmos dos das «eleições» anteriores. Os círculos militares darão novamente a maior parte dos votos a Golkar (o partido governamental). Depois das «eleições gerais» o Congresso Consultivo Popular declarará outra vez Sukharto presidente do país e formará um gabinete composto por pessoas de confiança e bem colocadas face às autoridades castrenses. O voto da opinião pública não será tomado em consideração e ficarão desempregadas as personalidades que atraiçoaram os seus partidos políticos por aspirarem a lugares cómodos no futuro «Gabinete para o desenvolvimento».

"Tudo isto será levado a cabo com o apoio das baionetas e acompanhado com as advertências dos dirigentes das forças repressivas que manterão a ordem pública de modo a assegurar o êxito das «eleições gerais» e, depois, da sessão do Congresso Consultivo Popular. Uma vez terminado o espectáculo, Ali Murtopo e Sudomo declararão o fortalecimento da estabilidade e da situação política interna.

"Com esse «capital», os dirigentes irão aos Estados Unidos e à Europa vender a nossa independência nacional e receber as dádivas dos imperialistas». Não se trata de futurologia. Como os factos estão a demonstrar.